

Cave, Hic Anarchia: Violência Política e o Conflito Intraestatal

Daniel Pinheiro Rio Tinto de Matos

**Dissertação de Mestrado em
Ciência Política e Relações Internacionais
(especialização em Relações Internacionais)**

Setembro, 2012

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais (especialização em Relações Internacionais) realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Tiago da Mota Veiga Moreira de Sá

“Hereby it is manifest, that during the time men live without a common power to keep them all in awe, they are in that condition which is called war; and such a war as is of every man, against every man. For war consisteth not in battle only, or the act of fighting, but in a tract of time, wherein the will to contend by battle is sufficiently known: and therefore the notion of time is to be considered in the nature of war, as it is in the nature of weather. For as the nature of foul weather, lieth not in a shower or two of rain; but in an inclination thereto of many days together: so the nature of war, consist not in the actual fighting; but in the known disposition thereto, during all the time there is no assurance to the contrary.”

— Thomas Hobbes (1976, p. 86) *in* The Leviathan

Esta tese foi redigida em observância da norma do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, celebrado em Lisboa, no ano de 1990.

Qualquer incorreção é de exclusiva responsabilidade do autor.

Todos os demais *caveats* usuais aplicam-se.

Cave, Hic Anarchia: Violência Política e o Conflito Intraestatal

Daniel Pinheiro Rio Tinto de Matos

RESUMO

PALAVRAS-CHAVE: Guerras Civis, Anarquia, Violência Política, Teoria de Relações Internacionais, Conflito Intraestatal, Angola

Nesta dissertação, procuro argumentar que existe um espaço de interseção entre dois corpos teóricos distintos, que focam-se em explicar dimensões distintas de um mesmo evento. A violência com fins políticos, enquanto fenômeno amplo, pode acontecer dentro ou fora das fronteiras territoriais do Estado. A Teoria de Relações Internacionais, dedica-se a entender como o fenômeno da violência política ocorre entre Estados, e a literatura dedicada à violência intraestatal e as guerras civis analisa as dinâmicas internas de violência entre agentes confinados ao Estado ou, de uma maneira geral, sub-estatais. Mais argumentando que a Anarquia é um espaço de interseção teórica e prática entre os dois corpos teóricos, e considerando que é este o ponto central que define a mobilização da violência para fins políticos nas explicações oferecidas por ambos deverá servir de elemento articulador em uma tentativa de alcançar um modelo de análise que tenta combinar os ensinamentos do Realismo Estrutural, e com estado da arte no estudo racional da relação entre institucionalização, forma de fazer a guerra, uso da violência com fins políticos e dos processos de conflito. Objetivando verificar a validade desta proposta, organizei um modelo baseado em testes simples baseados em perguntas referentes ao aparecimento de fenômenos ou dinâmicas de identificação relativamente simples, mantida a coerência interna e o valor explicativo complementar entre os diversos aspectos avaliados. Finalmente, conduzi um *plausibility probe*, submetendo o modelo de análise ao caso da Guerra Civil Angolana, de modo a demonstrar que a proposta é no mínimo, intelectualmente válida.

ABSTRACT

KEYWORDS: Civil Wars, Anarchy, Political Violence, International Relations Theory, Intrastate Conflict, Angola

In this dissertation, I argue that there is an intersection space between two distinct bodies of theory, that focus on explaining different dimensions of the same phenomena. Political Violence, as an ample stance, can happen either in or out the State's borders. International Relations Theory dedicates to understanding the conflict among States and the literature dedicated to interstate conflict and civil wars analyse the dynamics ruling violence amongst agents within the State. Further arguing that Anarchy is the theoretical intersection between the two bodies of theory, and looking at it as the main cause for the mobilization of violence for political purposes, it should belong as an articulator element, as to reach an analysis model that combines the reading provided by the Structural Realism and with the state of the art in the rational study of the relation between institutionalization, warfare, political violence and conflict dynamics. Expecting to validate this proposal, I organize a model comprising simple tests regarding the identification of phenomena and dynamics in the case studied, with internal coherence and increased explanatory capability from the complementarity of the elements. Lastly, I devise a plausibility probe, analysing the Angolan Civil War, as to demonstrate that the proposal is, at the very least, intellectually sound.

Agradecimentos

Por mais que a elegância recomende brevidade nesta seção, dar-me-ei o direito ao incumprimento, visto que é premente reconhecer a minha gratidão a elementos fundamentais para que este trabalho (e tudo que o antecede) fosse possível.

Em primeiro lugar, é preciso agradecer o infinito carinho de quem, durante esses dois anos, me recebeu e me adotou em Portugal. Se posso chamar de Casa o lugar onde vivi durante os dois últimos anos, é por vossa causa. Tia Rica, Tio Ernesto, Bibi e André, por terem me feito parte da família, o meu agradecimento.

Aos meus pais e avós, que mais uma vez foram grandes apoiadores desta iniciativa acadêmica. A culpa é de vocês, que me ensinaram a procurar as respostas e perseverar no exercício intelectual, de buscar as respostas por mim mesmo, acima de tudo, de ter interesse por aquilo que é intrigante, pelo prazer de refletir. Por outras letras, devo a vocês o ensinamento de Ricardo Reis: *“Para ser grande, sê inteiro: nada / Teu exagera ou exclui./ Sê todo em cada coisa. Põe quanto és / No mínimo que fazes.”* Obrigado.

Isadora, Maria Luísa, Ana Beatriz e Felipe, em quem eu penso sempre que falta inspiração. São vocês que seguram o meu mundo em órbita, que me motivam a procurar “a Ilha Desconhecida”, mesmo que seja “só” para saber quem sou quando lá estiver. Por tudo que vocês são em mim, e pelo que eu mesmo sou, muito obrigado.

Todas as pessoas sofrem com a distância de quem se ausenta. Algumas sofrem mais que outras, e nem todas resistem. À Julia, por resistir: obrigado. Porque metade de mim é amor, e a outra metade também.

Nada seria como é, se não fosse por aqueles que eu chamo de amigos. Uns velhos – Dani, Gonzo, Bia, Barbara – e outros novos – Filipe, Sérgio e Pedro. *Quem tem um amigo, mesmo que um só, não importa onde se encontre, jamais sofrerá de solidão; poderá morrer de saudade, mas não estará só*. Por nunca me deixarem só, obrigado.

À Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, especialmente ao Departamento de Estudos Políticos e à Seção de Mestrados do Serviços Acadêmicos. Um obrigado especial dedicado à Professora Doutora Teresa Rodrigues, coordenadora dos Mestrados no DEPol, que desde o meu primeiro mês na Faculdade até a Defesa da Tese, sempre foi capaz de lidar com as minhas dúvidas e pequenas confusões administrativas. Também deixo um agradecimento às secretarias do DEPol, Maria da Luz Ginja, e Ana Querido, do Departamento de Filosofia.

Não posso deixar de agradecer o apoio do Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI) e todos os seus investigadores, que me receberam de braços abertos durante o decurso da investigação e escrita deste trabalho. As horas passadas na pequena mas impressionante biblioteca do Instituto, foram enriquecedoras e fundamentais. Mais uma vez, é preciso agradecer à Margarida Fonseca e à Sara Fevereiro, secretarias do IPRI, que sempre com um sorriso atendiam a porta ao toque do interfone.

Ao Instituto de Defesa Nacional, também sempre receptivo e capaz de organizar grandes eventos, que certamente contribuíram para construir aquilo que está aqui escrito. Mas do que isso, pela oportunidade de ter vivido uma grande semana, ao longo do XII Curso de Defesa Nacional para Jovens, e ter conhecido igualmente grandes pessoas, muitas que levo para a vida.

Ao Institute for Conflict, Cooperation and Security (ICCS) na Universidade de Birmingham, que concedeu-me espaço e guarida ao longo de dois meses na fase final deste trabalho. Especialmente aos Professores Doutores Nicholas J. Wheeler e Edward Newman, por terem aceite esta investigação e apoiarem-na, acreditarem no projeto e me permitirem mais quatro anos debruçado sobre o fascinante assunto da violência com fins políticos.

Finalmente, aos Professores Tiago Moreira de Sá e Carlos Gaspar, que guiaram-me neste processo de aprendizado que foi o Mestrado e a Dissertação. Que me ajudaram a navegar pelos meandros da Teoria e da Prática, sem jamais fraquejar no fascínio pelo tema estudado e pela empreitada acadêmica.

Índice

Agradecimentos – página 5

Índice – página 7

Capítulo 1: *Introdução* – página 8

Capítulo 2: *Incerteza, Medo e Conflito na Teoria de Rel. Internacionais* – página 14

Capítulo 3: *O Fenômeno da Violência Política, o Estado e as Guerras Intraestatais* –
página 30

Capítulo 4: *A Anarquia e o Dilema de Segurança nas Guerras Civis: um quadro de
análise* – página 48

Capítulo 5: *A Guerra Civil de Angola como Estudo de Caso* – página 60

Capítulo 6: *Conclusão* – página 73

Bibliografia – página 78

Capítulo 1: Introdução

O estudo das Guerras Civis e das Guerras de Terceiro Tipo (Holsti, 1996) é muito relevante e tem produzido uma enorme quantidade de trabalhos nos últimos anos, tendo fruto especial com o distanciamento temporal que se produz com os vinte anos da queda do Muro de Berlim (Kalyvas & Balcells, 2010, pp. 415–416).

Este mesmo distanciamento temporal permitiu uma transição de trabalhos essencialmente descritivos ou de análise dos fatos para elaborações teóricas com corpo mais sustentado (Kalyvas, 2009), especialmente virados para a construção de um contributo teórico de valia, e que acesse as diversas tipologias *onsets* de conflitos civis, e ainda que não completamente atemporal (o próprio aparecimento desta categoria especial de conflitos se dá num espaço bem delineado), proporcione o estabelecimento de uma teoria dos conflitos aplicável às Guerras Civis e às Guerras de Terceiro Tipo.

Finalmente, é de suma importância o valor agregado deste tipo estudo para a prática da resolução de conflitos, já que o entendimento profundo dos conflitos e de suas dinâmicas é primordial para que estratégias de solução e gerenciamento possam vir a ser aplicadas, beneficiando duplamente as comunidades políticas no seio das Organizações Internacionais, dos Governos e das Organizações Não-Governamentais e aproximando as dimensões académica e prática (Kalyvas & Balcells, 2010, p. 427).

Este trabalho baseia-se numa análise empírica, e será pautada por um carácter positivista e racionalista. Proponho uma análise cruzada utilizando literatura de duas áreas distintas, não com intenção comparativa, mas sim analítica. Ao buscar pontos de interseção e complementaridade entre a teoria de Relações Internacionais (especialmente no realismo estrutural) e a literatura que se dedica ao estudo das guerras civis e dos conflitos sub-estatais, não pretendo verificar qual das duas teorias melhor explica este evento, mas sim verificar quais são perspectivas oferecidas por uma análise combinada.

Para este efeito, pretendo basear-me na tradição realista da Teoria das Relações Internacionais, principalmente em sua vertente estrutural ou neorrealista. Esta vertente é representada principalmente pelos trabalhos de Kenneth N. Waltz (1959, 1979), considerado o fundador e referência nesta teoria. Ainda nesta corrente, os desenvolvimentos desta teoria por John J. Mearsheimer (2001) e John H. Herz (1950, 2003). É notável também a contribuição de um autor que abriu caminho para estes dois trabalhos, representante expoente do realismo clássico, Hans J. Morgenthau, em sua obra seminal *Politics Among Nations* (2005). Recentemente, o trabalho de Charles L. Glaser (2010) propõe uma leitura de Teoria das Relações Internacionais baseada na Escolha Racional, constituindo um instrumental valioso para realizar a pesquisa proposta, já que parte de um princípio comum à literatura de Guerras Civis elencada abaixo. Nesta mesma linha, estão também as leituras de Adam Lockyer (2011), Andrew D. Kydd (2010) e David A. Lake (2003), já diretamente aplicadas à questão da conflitualidade e da violência política.

A literatura acima elencada concede especial relevância para o papel da estrutura nas Relações Internacionais. A balança de poder ocorre em um ambiente específico, e é definida em termos da estrutura (Waltz, 1979). Existe uma presença marcada da Teoria da Escolha Racional, transportada da economia, no realismo estrutural e numa proposta teórica das Relações Internacionais que explora mais a fundo as implicações da Escolha Racional para a Política Internacional (Glaser, 2010). Em última análise, a Teoria da Escolha Racional serve de pano de fundo para o desenvolvimento das teorias racionalistas que pretendo usar para este trabalho, servindo, portanto, de elo de ligação para entender a complementariedade entre elas. Esta complementariedade também abarca a literatura específica sobre os conflitos civis, que, como veremos a seguir, é igualmente pautada por uma forte componente analítica que incide sobre um robusto conjunto empírico.

Para endereçar a questão de uma teoria ou de uma literatura específica sobre Guerras Civis, escolhi utilizar uma gama de autores bem estabelecidos que tratam sobre a conflitualidade e sobre a questão dos conflitos intraestatais. Nomeadamente, são fundamentais para esta investigação os trabalhos de Holsti (1996), Kalyvas (2006, 2009), Kalyvas e Balcells (2010), Derriennic (2001), Fearon (2009), Toft (2009, 2010), Posen (1993), van Evera (1994, 1998, 1999) e van Creveld (2008).

Estes autores propõem uma série de leituras sobre a conflitualidade e o uso político da violência, ou seja, a motivação das partes para entrar em guerra. A literatura sobre o uso político da força é muito importante, porque, indo do mais geral (guerras tradicionais e não-tradicionais) até o mais específico (guerras civis e conflito armado intraestatal), propõe uma leitura causal e circunstancial da existência de uma lógica que definirá o *locus* onde a guerra existe. Esta definição é muito importante, uma vez que o objeto de análise é o próprio aparecimento (e o posterior desenrolar) do conflito, sempre tendo como referência a motivação para iniciar a contenda com recurso à violência e continuá-la (Kalyvas, 2006).

Holsti (1996) avança um quadro teórico consistente para definir a guerra intraestatal – o conceito de Guerras de terceiro tipo (WTK). Este conceito responde, em primeira ordem, à *(des)institucionalização* da guerra tradicional, tanto em uma dimensão endógena como exógena (da guerra em si enquanto prática – o léxico militar de condução das hostilidades; e do ambiente que condiciona a utilidade política da guerra – o papel ou o *não-papel* do Estado). De Vestefália em diante, a tipologia geral da guerra proposta pelo autor passa pelas guerras institucionais¹, guerras totais e finalmente as WTKs, cobrindo a “evolução formal dos princípios organizacionais, operacionais e legais que envolvem o combate ao longo dos últimos 350 anos” (*op. cit.*, p. 28).

Com efeito, o quadro teórico é múltiplo e diferenciado, mas justifica-se na proposta do próprio trabalho: verificar a validade deste quadro multidimensional para compreender, de maneira mais abrangente, o evento da violência política e o seu efeito no comportamento das partes envolvidas num conflito civil.

Esta proposta é eminentemente uma discussão teórica, e não há, nesse sentido, um enquadramento histórico significativo a ser delineado – as Teorias existem e evoluem desde sua criação e mesmo que sejam alteradas, deixadas de lado ou proscritas, continuam sempre a estar à disposição dos acadêmicos interessados.

1 Nas guerras institucionalizadas, há uma “trindade”: o Estado, às Forças Armadas e a população civil são legal, política e estrategicamente distintas (Holsti, 1996, p. 34).

Para o estudo de caso utilizado para avaliar este modelo teórico, sim, pode-se delimitar um espaço histórico bem definido: a Guerra Civil em Angola, iniciada após a descolonização daquele país até meados da década de 90. O objetivo desta escolha é viabilizar uma apreciação abrangente da discussão teórica realizada – tema central da dissertação. O estudo de caso escolhido tem elevado interesse nas comunidades académicas e políticas de Portugal e da Europa. O estudo específico deste conflito permite uma visualização abrangente da validade da proposta teórica, uma vez que este apresenta um carácter paradigmático: em sua evolução, a Guerra Civil em Angola teve momentos característicos de diversas tipologias de conflitualidade e de respostas a esse conflito (Kornprobst, 2002, p. 58). Tendencialmente, isto proporcionará um potencial de validação mais alargado para o modelo proposto. Como este conflito também sobreviveu à queda do Muro de Berlim, esta escolha permite explorar a qualidade do modelo (que se apoia no realismo estrutural) para a compreensão de conflitos no pós-Guerra Fria.

Uma das críticas mais marcantes ao realismo estrutural é o de que esta teoria estaria prescrita à bipolaridade – ou mais especificamente à Guerra Fria, período em que surgiu e que tem o intuito de explicar – e que teria um valor muito limitado quando este sistema fosse superado: mesmo que pretenda argumentar que o Realismo Estrutural não precisa de refutação, mas de aprimoramento. A proposta de validação através destes estudos de caso permite excluir (ou pelo menos mitigar) a influência desta crítica.

Esta investigação pretende ser uma tentativa de estabelecer um modelo de análise para a ocorrência de conflitos, baseando-se na leitura de duas correntes teóricas estabelecidas nas Relações Internacionais, como já foi discutido acima. Nesse sentido, os indicadores e descritores principais são endógenos à própria discussão teórica, e se constituem nos próprios elementos destas teorias, que serão combinados em prol de um modelo de análise mais abrangente.

A informação será tratada através da análise de conteúdo e da comparação desta análise com a empiria. O objeto de estudo não favorece a avaliação por método estatístico, uma vez que é uma análise essencialmente qualitativa e parte de um debate interno a disciplina, com consequências práticas. Concentrar-me-ei, portanto, na abordagem

qualitativa do objeto, através da análise da literatura disponível, próprio objeto de estudo. Para tal, valer-me-ei de fontes secundárias (trabalhos acadêmicos sobre o assunto), portanto geralmente fontes escritas. Como esta proposta é de uma discussão teórica, algumas das leituras mais importantes serão as obras e artigos dos diversos autores que participam no debate nas Relações Internacionais. Literatura específica sobre os estudos de caso também será utilizada, mas da mesma forma, será concentrada em fontes secundárias.

Portanto, a pesquisa basear-se-á em um levantamento bibliográfico em bibliotecas, bases de dados *online* e revistas acadêmicas, disponíveis em volume físico ou em cópia virtual.

Enquanto pautado por uma visão positivista, esta investigação procurará relacionar a literatura com a realidade, avaliando as prescrições teóricas individualmente e em suas interações internas, bem como em sua interação externa, ou seja: evidenciar a coerência dos argumentos das teorias e das discussões científicas apreciadas, tanto em si mesmas quanto na combinação dos diversos argumentos sobre o mesmo tópico.

Objetivando obter um modelo teórico que combine dois contributos pré-existentes de maneira coerente, será necessário testar este conhecimento frente ao meu estudo de caso, com o objetivo de verificar se esta abordagem efetivamente é capaz de explicar o caso ou não, com que vantagens e com que deficiências.

Por último, como segunda contribuição, proponho tentar endereçar brevemente as implicações de aplicação prática do modelo: que mudanças interpretativas surgem desta leitura e suas consequências para a prática da resolução dos conflitos.

Portanto, temos:

Pergunta de Investigação:

É possível construir um modelo de análise através da interseção do realismo estrutural e das teorias dos conflitos?

Perguntas Derivadas:

- a. Que pontos de interseção constituem-se entre o realismo estrutural e as teorias dos conflitos?
- b. A Teoria da Escolha Racional é um articulador possível entre o realismo estrutural e as teorias dos conflitos?
- c. As premissas básicas do realismo estrutural são válidas para explicar o conflito intraestatal?
- d. Há uma apropriação do *modus operandi* dos Estados por parte dos agentes sub-estatais numa guerra civil?
- e. A Anarquia define de maneira estruturante as preferências e atitudes dos agentes sub-estatais em uma guerra civil da mesma maneira que o faz aos estados no Sistema Internacional?

A Inferência de Relações que leva a construção e validação de hipóteses nesta investigação é essencialmente baseada na relação aditiva entre variáveis. Ou seja, é a soma de uma série de fatores que emerge da relação entre as teorias existentes com o objetivo de construir um modelo de análise que suficiente para explicar a ocorrência dos conflitos.

Minha hipótese é a de que é possível construir um modelo de análise que baseia-se nas propostas do realismo estrutural e das teorias dos conflitos, utilizando o racionalismo e a Anarquia como pontos de articulação que as torna complementares.

Pretendo testar a hipótese através da demonstração do próprio modelo e de sua sustentação enquanto conceitual, e submetê-lo posteriormente ao estudo de caso, e verificar sua capacidade explicativa. Se este modelo for capaz de atender a estes dois testes, considerarei confirmada minha hipótese.

Capítulo 2 - Incerteza, Medo e Conflito na Teoria de Relações Internacionais

Uma das mais fundamentais perguntas da disciplina da ciência política e da própria filosofia política se reporta à busca por uma razão para a existência dos conflitos humanos, entendidos desde o embate simples entre dois indivíduos em um espaço qualquer até as guerras entre Estados Modernos com o emprego massivo da violência organizada (e altamente tecnológica). Em complemento, surge a necessidade acadêmica de prever e gerenciar o conflito nessas mesmas linhas, e neste caso, o questionamento passa pelo trabalho dos acadêmicos de Ciência Política e de Relações Internacionais, consoante tenhamos direcionado ao plano nacional ou internacional a pergunta. Esta visão tradicional terá que ser muitas vezes consumida com um grão de sal: o limite entre o nacional e o internacional, no sentido estrito dos termos, é muitas vezes turvo e, tanto na prática como na teoria, são constituídos por dinâmicas intrincadas e interdependentes.

As muitas respostas desta pergunta passam sempre pela tentativa de sistematizar o conflito e entender, através de um quadro geral, a motivação que irá, no limite, conduzir um agente à contenda. O foco no indivíduo surge da ideia de que é possível entender a ação de um Estado frente a seus pares, em derivação da soma das atitudes dos indivíduos pertencentes a esses Estados. No entanto, a evolução da pesquisa da matéria levou à percepção de que a existência de um Estado condiciona a motivação e, ao mesmo tempo, restringe os resultados possíveis das interações humanas.

O objetivo deste capítulo é desenvolver e rever, ainda que brevemente, a literatura de Teoria das Relações Internacionais que servirá de suporte para o modelo de análise que será apresentado no quarto capítulo, e que é o objetivo maior desta investigação. Com efeito, esta discussão focar-se-á nos conceitos gerais que aparecem de forma transversal na literatura teórica da disciplina – a Anarquia, a Competição por Segurança, o papel da Incerteza e do Medo e o Dilema de Segurança – permitindo articular estas ideias com as demais literaturas sobre a conflitualidade.

O Realismo na Teoria das Relações Internacionais aparece em oposição às primeiras tentativas sistematizadas de analisar de forma objetiva as relações entre os Estados, após à Primeira Guerra Mundial, com os textos dos teóricos chamados Idealistas, fundados no ideal Wilsoniano presente no período entre-guerras . Por muito que eventualmente admirassem os referidos ideais, uma série de acadêmicos, principalmente representados pelo teuto-americano Hans J. Morgenthau (Jervis, 1976, 1978; van Evera, 1994, 1998, 1999), propuseram uma leitura alternativa – o Realismo, que hoje é classificado como Realismo Clássico.

Esta corrente teórica data, *avant la lettre*, dos escritos de Tucídides², Kautliya³ e Maquiavel⁴. As premissas do Realismo são a existência de unidades políticas, os Estados, que são os atores neste palco e a ideia de que a Anarquia é o ambiente, ou o palco, onde os atores desempenham seu papel. Portanto, a característica mais marcante do Sistema Internacional é o império da Anarquia, onde as relações entre os Estados soberanos não são passíveis de coerção organizada e legítima, exercida por um agente hierarquicamente superior frente à coletividade de seus pares, nesse caso, a figura de um “Estado Mundial” .

Proporei, também, que a Teoria Realista Estrutural (ou neorrealista) representada principalmente pela obra seminal de Kenneth N. Waltz (1979), e posteriormente dividida em suas vertentes defensiva (a própria tese Waltziana) e ofensiva – “cisão” que dá por sua vez origem ao debate do *offense-defence balance*, ou ODB⁵ (Jervis, 1976, 1978; van Evera,

2 O grego Tucídides (450–390 BC), além de ser considerado um dos pais da História, é responsável pela obra “A História da Guerra do Peloponeso” - a primeira tentativa de explicar, de forma sistematizada a ação dos agentes políticos estatais frente aos seus pares. Muito da leitura de Tucídides identifica-se com a leitura do Realismo nas RIs.

3 Kautilya (ou Chanakya, 350–275 BC) foi um tutor, professor e filósofo ligado às cortes Indianas, e que redigiu a obra “Arthaśāstra”, também considerada precursora e fundadora de conceitos fundamentais da economia política, do estadismo e da estratégia militar. O conceito da Balança de Poder, abordado e discutido largamente por Morgenthau , aparece pela primeira vez nesta obra .

4 Nicolau Maquiavel (1469–1527) escreveu a celebre obra “O Príncipe”, em que compartilha com os Realistas uma “visão profundamente pessimista da natureza humana, e em que argumenta em favor de governantes eficientes e poderosos, cujas principais preocupações são o poder e a segurança, (...) não limitados por uma moralidade individual” .

5 O *offense-defence balance* é um termo sem tradução satisfatória para a língua portuguesa e o mais aproximado provavelmente seria algo como “*balança entre a atitude ofensiva e defensiva*”. Ao longo do texto discutirei o conceito em questão, mas opto por manter o termo original na língua inglesa.

1994, 1998, 1999) – é um instrumento muito valioso para compreender o fenômeno da violência política como um todo, e não somente para os conflitos interestatais.

Como consequência, o Realismo Estrutural predica, em oposição ao Realismo Clássico de Morgenthau, que pouco importa a natureza humana e seu desejo inerente por poder⁶, e é, na verdade, a condição Anárquica do Sistema Internacional que determinará, de que maneira operam os Estados nas Relações Internacionais. É o medo da sombra do futuro (1951) que compele os Estados e unidades políticas a agirem de forma parcimoniosa e egoísta – *better safe than sorry!*

O objetivo desta discussão da literatura é perceber de que maneira a aplicação destes conceitos serão benéficos para a elaboração de um modelo teórico que combine as leituras dos conflitos proporcionadas pela literatura disponível na Teoria de RI e na literatura que dedica-se ao estudo das Guerras Civis e dos Conflitos Internos. Passaremos agora à discussão do elemento fundamental do Realismo Estrutural, que relaciona-se diretamente com o Dilema de Segurança, mas que tem outras implicações profundas na forma como entendemos o conflito nas Relações Internacionais: a Anarquia.

A ideia de que a Anarquia Internacional impera e compele os Estados a agirem de forma assertiva para garantir a sobrevivência é comum aos Realistas Estruturais, como Kenneth N. Waltz. No entanto, um grupo de acadêmicos, especialmente John J. Mearsheimer (1994, 2001), e Stephen M. Walt (1991, 1997) e Stephen van Evera (1998, 1999) tratou mais especificamente da vertente Ofensiva do Realismo Estrutural e do *offense–defense balance*.

O Realismo Estrutural Ofensivo prescreve que os Estados tem uma tendência geral, em condições normais e igualitárias, de buscar a hegemonia. Quando não é factível obter ou brigar pela hegemonia (geralmente por posição muito desfavorável na distribuição dos recursos materiais disponíveis), os Estados devem procurar maximizar sua fatia do poder mundial, ainda que através de ações aparentemente menores (Mearsheimer, 2001, p. 31).

6 Morgenthau chama-lhe o *animus dominandi*, que não se refere a “maldade” inerente do indivíduo, mas a um comportamento inerente ao ser humano que advém da natureza competitiva da sociedade.

Mearsheimer aponta, assim como Morgenthau, para princípios fundamentais que norteiam seu trabalho. Ainda que estes se intersectem intensamente com os de Morgenthau, não tem exatamente todas as mesmas consequências.

De acordo com John J. Mearsheimer, os cinco princípios são: o sistema internacional é inerentemente anárquico; as Grandes Potências (e seria a aspiração de todos os demais Estados) possuem e utilizam meios militares de empregar a força⁷; os Estados nunca tem certeza sobre as intenções dos outros Estados (novamente a *sombra do futuro*); os Estados sempre preconizam a sobrevivência e a continuidade acima de todas as outras coisas; e finalmente os Estados são atores racionais. Nenhum dos princípios define por si só a ação agressiva de um Estado, e é geralmente a combinação dos cinco na prática política que condiciona uma ação hostil, no que finalmente ocasionará em três formas de comportamento por parte dos Estados: o medo, o *self-help* e a busca pela maximizar o poder (Mearsheimer, 2001, pp. 30–32).

Estas premissas, no entanto, não obrigam o Sistema Internacional a uma guerra eterna e inacabável, mas proscvem um ambiente de desconfiança e competição constante, onde a sombra da possibilidade da guerra sempre opera. Os Estados buscam constantemente a posição mais alta em termos da hierarquia do poder no Sistema, mas, ainda mais importante do que isso é impedir que algum dos seus pares se destaque como tal em seu lugar (Mearsheimer, 1994, p. 9).

Na visão realista, as instituições apenas refletem as dinâmicas de poder existentes, e funcionam para os Estados como instrumentos de exercício de poder. Instituições não são, em nenhuma hipótese, uma espécie de governo mundial, por mais abrangentes que possam ser. Elas conferem regras de conduta para seus membros, mas não tem nenhuma (ou muito pouca) capacidade de garantir a aplicação delas (Mearsheimer, 2001, p. 9). A falta de

7 Ainda que alguns Estados recentemente tenham até renunciado às suas Forças Armadas, a possibilidade de empregar a força organizadamente ainda existe, já que não dependem necessariamente de armas (ainda que normalmente o uso da força seja identificado dessa maneira) para fazê-lo. Mearsheimer (2001, pp. 30–31) resume a ideia com a seguinte frase: “*After all, for every neck, there are two hands to choke it*”.

enforcement decorre no cumprimento das normas somente por voluntarismo dos estados e a continuidade do que Mearsheimer chama de “911 problem”: se um Estado decidir não cumprir as regras em detrimento de uma política que causará prejuízo a outro, não haverá maneira de pedir ajuda a uma entidade garantidora (a polícia, num ambiente estatal), para fazer cumprir a norma e desfazer o prejuízo causado (Mearsheimer, 2001, p. 32).

Assim, os Estados se utilizam do comércio, da diplomacia e da guerra - os meios de participar da Política Internacional - para criar ou manter uma disparidade de poder *vis-à-vis* seus pares, com o objetivo de garantir o domínio da situação e um consequente controle sobre os resultados das ações dos demais Estados. Com efeito, o entorno estratégico e o alcance geográfico da proposta de um determinado estado frente aos demais estados dar-se-á em consonância também com a distribuição relativa dos recursos materiais, ou seja, quanto maior for o poder de um ator, mais atores a sua volta serão influenciados pelo efeito daquele poder. A figura de *hegemon* surge, quando possível, da extensa e intensa maximização do poder dentre pares em um alcance global, e, um estado torna-se um poder hegemônico em termos globais quando não há forma de expandir a luta por poder ou colocar novos atores dentro de sua esfera de influência, em outras palavras, quando se consolida a posição de Estado mais poderoso no Sistema Internacional. Para os Estados que não estão neste estágio de disputa, alterar-se-á a forma com que buscam maximizar seu poder (através de estratégias bem definidas pelo Realismo Ofensivo) ou pelo alcance geográfico da disputa (Mearsheimer, 2001, p. 34).

Mearsheimer afirma que as disputas pela hegemonia global se dá sempre entre *hegemons* regionais. Ou seja, é preciso primeiramente obter hegemonia a nível regional, para só então poder participar da disputa pelo poder global. Além disso, a ideia de *stopping power of water*⁸ desencoraja a hegemonia global, na medida em que afirma a enorme dificuldade de projetar poder através de largas massas de água, e presume a existência de um sistema de competição constante entre potências regionais.

8 O *Stopping Power of Water* se refere a impossibilidade de projetar poder indiscriminadamente através de largas porções de água (oceanos, principalmente), por questões logísticas e mesmo da natureza do conflito militar. Esse conceito possibilita e favorece a existência de uma hegemonia regional (numa mesma massa terrestre), mas dificulta a existência de uma hegemonia global (Mearsheimer, 2001, p. 44).

Estas premissas, no entanto, não obrigam o Sistema Internacional a uma guerra eterna e inacabável, mas determinam um ambiente de desconfiança e competição constante, onde a perspectiva da possibilidade de uso da violência com objetivos políticos sempre opera, colocando em causa a sobrevivência, interesse primordial dos Estados, de acordo com o neorealismo (Waltz, 1979). Os Estados buscam constantemente a posição mais alta em termos da hierarquia do poder no Sistema, mas, ainda mais importante do que isso é impedir que algum dos seus pares se destaque como tal em seu lugar (Mearsheimer, 2001).

O mundo no pós-Guerra Fria, entretanto, é marcado pelo fim da bipolaridade global, e a mudança para um sistema onde a estrutura não está bem definida entre a multipolaridade e a unipolaridade, em que os Estados Unidos ocupam o papel de nação mais poderosa globalmente, mas sofrendo vários desafios, nomeadamente vindos da China. Isso se deve a uma variedade de fatores, mas, especialmente à enorme dificuldade de projetar poder globalmente de maneira infalível. Ainda que possua “o exército mais formidável e a maior capacidade de disponibilizar poder”⁹, a multipolaridade reinará na ausência de um autêntico hegemon em detrimento da presença de um aspirante a hegemonia (Mearsheimer, 2001, pp. 44–45).

Existe também, de acordo com o Realismo Ofensivo, uma hierarquia entre os objetivos do Estado. O Realismo Ofensivo reconhece que, a sobrevivência, sendo a mais importante, não é o único objetivo de um Estado no Sistema Internacional. Outros, como melhoria da situação econômica (com o objetivo de melhorar as condições de vida de seus cidadãos) e a promoção de uma ideologia particular (como no caso da Guerra Fria) ou de uma ordem internacional específica (*e.g. pax britannica*). Ainda que o Realismo admita a existência de objetivos que não os de segurança, não se preocupa muito com eles, já que estão sempre subordinados ao primordial desejo por sobrevivência, obtidos em termos da maximização da segurança (Mearsheimer, 2001, pp. 46–47).

9 Mearsheimer (2001) usa a ideia de *latent power*, que seria a capacidade de disponibilizar poder imediatamente, mesmo quando ele não é previamente existente. Essa capacidade é medida em termos de *manpower* e da riqueza capaz de ser transformada em força militar (e em última instância violência estatal) para o benefício da política do estado em questão.

Os cinco princípios do Realismo Ofensivo determinam que, ainda que os Estados cooperem eventualmente, essa cooperação está sempre limitada pelas restrições impostas pela competição de segurança. Na hierarquia de objetivos dos Estados, a cooperação está preterida, já que as questões mais primordiais devem ser tratadas individualmente, de modo a afastar o medo da defecção. Em outras palavras, a imagem da política internacional na área de segurança como de “jogo de soma zero” confere ao Estadista realista a necessidade de desconfiar sempre, da boa-fé de seus pares, já que não há garantia absoluta de que o *outcome* esperado será o prometido. Quando a questão é de sobrevivência, não há espaço para a dúvida, e o *self-reliance* impera (Mearsheimer, 1994, 2001).

Por outro lado, na vertente Defensiva do Realismo Estrutural, temos o Dilema de Segurança é, provavelmente, o conceito mais perene e mais importante para a compreensão das dinâmicas de interação entre os Estados (Booth & Wheeler, 2008) e tem sido largamente explorado pela literatura desde as obras fundadoras de John H. Herz (1950, 1951, 1962) e Herbert Butterfield (1951). Neste capítulo, pretendo defender o valor deste conceito para explicar o conflito entre entidades políticas, sejam elas Estados ou grupos políticos não-estatais.

Jervis cria permissividade para uma interpretação alargada do Dilema de Segurança, que se estenda às relações entre quaisquer agentes políticos capazes de mobilizar a violência, quando define que

“The core argument of the security dilemma is that, in the absence of a supranational authority that can enforce binding agreements, many of the steps pursued by states to bolster their security have the effect – often unintended and unforeseen – of making other states less secure.” (Jervis apud (Booth & Wheeler, 2007, p. 8)

e permite que o poder explicativo deste fenômeno seja também alargado a outros grupos políticos que não os estados. Booth e Wheeler (2007, p. 5) argumentam que “[our] definition of the security dilemma deliberately encompasses both state and non-state actors (...)” e “(...) the book focuses on the organized intent – real or imagined – on the part of actors to

inflict harm.” Na verdade, uma panóplia de autores articulam e localizam o Dilema de Segurança fundamentalmente no indivíduo – *the quintessential dilemma* – e, com efeito, produzem um elemento explicativo sobre aquilo que é a essência da conflitualidade nas relações político-sociais presentes na natureza das relações humanas (Booth & Wheeler, 2007; Herz, 2003). Os autores definem o Dilema de Segurança como um “(...) *two-level strategic predicament in relations between states and other actors, with each level consisting of two related lemmas (or propositions that can be assumed to be valid) which force decision-makers to choose between them* (Booth & Wheeler, 2007, p. 4). Dois níveis surgem desta proposição: o nível do *dilema de interpretação* e do *dilema de resposta*.

O Dilema de Interpretação, será essencialmente sobre as intenções das partes envolvidas – é o resultado da percepção que um Decisor precisará agir em uma condição de *incerteza incontornável*. A condição de *incerteza incontornável (unresolvable uncertainty)* se refere ao contexto existente nas Relações Internacionais, onde é impossível ter certeza definitiva quanto aos motivos e intenções das outras partes envolvidas. Este é alimentado pelo que a filosofia chama de “o problema das outras mentes” (Booth & Wheeler, 2007, p. 4).

Não saber exatamente aquilo que se passa na cabeça dos outros faz com que tenhamos que tomar uma decisão baseados em informação incompleta, pressionados pelo alto custo de uma má decisão, uma vez que, essa decisão pode representar a sobrevivência no futuro. O exemplo mais tradicional do problema do Dilema de Interpretação é acerca do fenômeno da *ambiguidade inerente das armas*. A *ambiguidade inerente das armas* refere-se à aplicação direta da *condição de incerteza incontornável* ao propósito de um equipamento militar. Enquanto no passado era razoavelmente simples distinguir um escudo ou uma fortaleza (equipamento militar iminentemente defensivo) de uma espada ou uma lança (equipamento militar iminentemente ofensivo), a modernização das armas e da maneira de conduzir a guerra¹⁰, nominalmente a invenção das armas de fogo e da blindagem tornou indistinguível se uma determinada capacidade militar adquirida tem objetivo ofensivo ou defensivo. Na prática, é a intenção e a forma de uso do equipamento que determinará se ele

10 Processo dual: tanto as novas armas alteraram a forma de fazer a guerra, quanto novas formas de fazer a guerra conduziram à invenção de novas armas (Townshend, 2005; van Evera, 1999).

é ofensivo ou defensivo, e pode mesmo ter as duas utilidades consoante o momento do uso, mais uma vez mostrando a forte correlação entre a *ambiguidade inerente das armas* e a *condição de incerteza incontornável* (Booth & Wheeler, 2007; Jervis, 1976).

A obra de *On Thermonuclear War* (2007), de Herman Kahn descreve uma pequena parábola (conhecida na literatura sobre estratégia e história militar como “*the Camlan problem*”), em que demonstra a operação das duas dinâmicas em favor da escalação, mesmo em um cenário de guerra anterior à arma de fogo:

“After some fighting, the two contenders met, with all their troops, by the fields of Camlan to negotiate. Both sides were fully armed and desperately suspicious that the other side was going to try some ruse or stratagem. The negotiations were going along smoothly, until one of the knights was stung by an asp and drew his sword to kill the reptile. The others saw the sword being drawn and immediately fell upon each other. A tremendous slaughter ensued (...) (Kahn, 2007, p. 525).”

O segundo nível é o do *Dilema de Resposta*. O *Dilema de Resposta* só é relevante após a concretização do *Dilema de Interpretação*, já que trata da reação que o Decisor irá ter frente a interpretação do fato que teve lugar posteriormente. Uma vez que já está estabelecido o acontecimento para o Decisor, este irá ter que medir que resposta será adequada. Neste campo, operam, igualmente, a incerteza e a possibilidade de uma falha de percepção¹¹. Geralmente, o problema do *Dilema de Resposta* envolve justamente a dúvida sobre se a resposta ao acontecimento será a mais adequada, mas esta depende diretamente de uma ideia assumidamente correta sobre qual é a intenção do outro.

Na verdade, é a dinâmica intricada de interação entre os dois Dilemas existentes dentro do Dilema de Segurança que faz com que este seja tão interessante: ao tentar resolver o seu *Dilema de Resposta*, um Decisor tem que optar, por exemplo, entre “reagir

11 Uma Falha de Percepção ou *misperception* no sentido imputado por Robert Jervis (1976), em sua obra magna – *Perception and Misperception in International Politics* – onde discute o papel da irracionalidade e da assimetria de informação nas Relações Internacionais, nomeadamente na Teoria de RI.

em igual gênero e grau, através de palavras e ações, para garantir um propósito deterrente” ou “tentar, da mesma forma, reassegurar sua confiança [no contendor]” (Booth & Wheeler, 2007, p. 5). Se o Decisor optar por reagir de maneira agressiva (ou em confrontação), e esta for fruto de uma má interpretação das intenções da outra parte, pode aumentar o nível de hostilidade mútua quando na verdade não necessariamente existia intenção de nenhuma das partes em que isso acontecesse. Por outro lado, se o Decisor optar por mostrar confiança e apaziguar a situação, e as intenções da outra parte forem hostis, há uma resposta insuficiente, que poderá ter consequências significativas para a segurança do ator em questão. A este fenômeno, Ken Booth e Nicholas J. Wheeler (2007, p. 5) chamam *Paradoxo de Segurança*: “when leaders resolve their dilemma of response in a manner that creates a spiral of mutual hostility, when neither wanted it”.

O *Paradoxo de Segurança* é circular ou espiralado, e resulta da relação entre a dimensão psicológica e da dimensão material da realidade da decisão. Novamente, é a *condição incontornável de incerteza* que define que nunca será possível saber tudo aquilo que deseja-se e precisa-se saber para tomar uma decisão:

“Once a government has reached a decision on its dilemma of interpretation, its dilemma of response kicks in. One state’s dilemma of response creates another’s dilemma of interpretation. And so it goes on. Because the stakes on questions of national security are so high, a degree of mistrust towards others has traditionally been considered to be the most prudent strategy. This being the case, even conciliatory gestures are met with suspicion. If a particular government attempts to demonstrate that it is non-threatening – by offering greater transparency in its military posture, or promises of unexpected cooperation, for example – then these may only serve to incite suspicions on the part of others. Beware Greeks bearing gifts is the old adage warning of this, recalling the treacherous ‘gift’ of the wooden horse of Troy.” (Booth & Wheeler, 2007, pp. 5–6)

O Dilema de Segurança – e suas dinâmicas subjacentes – afetam diretamente o estabelecimento de uma relação entre as partes em conflito, seja ele aberto, presumido ou

potencial¹². Essa relação, dada em termos materiais, e especificamente em formas de garantir a própria segurança constitui uma relação de contraponto, portanto, entre a capacidade de se defender de um ataque e de constituir um ataque, bem como de quando atacar é mais interessante que defender. Nesse sentido, avança a discussão sobre *Offence-Defence Balance* (ODB).

A *Offence-Defence Balance* se refere a um termo que descreve o pensamento de vários autores que relacionam a severidade e o caráter incontornável do Dilema de Segurança, e portanto a ocorrência da Guerra aos tipos de tecnologia militar e doutrina de emprego dos mesmos em serviço de sua segurança. Jervis (1978), em seu artigo, *Cooperation under the Security Dilemma*, argumenta que o Dilema de Segurança é exacerbado pela dominância de armas ofensivas no arsenal disponível aos países (especialmente numa dinâmica de desafio revisionista no Sistema), em detrimento de capacidades defensivas. Conversamente, quando as capacidades defensivas predominam, o *Status Quo* é beneficiado, e será mais fácil adotar sistemas de segurança compatíveis, capazes de assegurar uma certa confiança, mitigando os efeitos perniciosos do Dilema de Segurança. A compreensão da relação entre capacidades ofensivas e defensivas é o campo de estudo dos acadêmicos que dedicam-se a estudar a ODB. O problema de lidar com a diferenciação entre o que são capacidades ofensivas e o que são capacidades defensivas – a *ambiguidade inerente das armas* (Booth & Wheeler, 2007) – tem efeitos significativos óbvios para a construção de uma teoria de Ataque e Defesa num sentido mais abrangentes. Nomeadamente, a dificuldade em medir e definir objetivamente a variável explicativa da teoria: o próprio balanço entre o ataque a defesa.

Os autores que trabalham com a *Offence-Defence Balance* como variável explicativa costumam se identificar dentro do campo Realista Estrutural, aceitando largamente as premissas teóricas discutidas anteriormente, a saber: os Estados são atores unitários e coerentes, *security-seekers*¹³, que interagem entre si num Sistema Internacional anárquico.

12 Como postula Thomas Hobbes (1976, p. 86): “(...) *So the nature of War, consist not in the actual fighting; but in the known disposition thereto, during all the time there is no assurance to the contrary.*”

13 *Security-seeker* pode ser traduzido como “maximizador de segurança”.

A estrutura do Sistema Internacional se constitui como uma teia de incentivos¹⁴ que afeta o comportamento das unidades de forma semelhante ao funcionamento do mecanismo de preços num mercado. Ao contrário de uma leitura mais estritamente neorrealista, no entanto, que teria a balança de poder, entendida como a distribuição de *capabilities*, como principal variável independente, esses autores postulam o diferencial entre os custos marginais da ofensiva e os custos marginais da defesa no plano estratégico como variável explicativa *adicional* da probabilidade de certos tipos de comportamento.

A vantagem da ofensiva sobre a defensiva é equalizada com a perspectiva de uma guerra rápida, decisiva. Isto torna competição de segurança mais intensa, e a guerra, mais provável. Isto é válido tanto para guerras de agressão quanto guerras preemptivas ou preventivas (van Evera, 1998). Conversamente, quando a defesa tem a vantagem, e guerras truncadas, de atrito, são esperadas, os Estados tendem a se preocupar menos com a possibilidade de agressão e depreendem menos esforços para contrabalancear ameaças, privilegiando estratégias de *buck-passing* (Christensen & Snyder, 1990). Mesmo Mearsheimer, crítico desta abordagem, reconhece que "(...) *states rarely go to war unless they think that rapid success is likely. In fact, the prospect of a protracted conflict is usually an excellent deterrent to war.*" (Mearsheimer, 2001, p. 87).

Em termos práticos, a vantagem da ofensiva torna a guerra mais provável à medida que amplifica a fungibilidade da força e a vantagem comparativa da ação militar direta sobre os demais cursos de ação política. A subespecificação do Realismo Estrutural referida no trabalho anterior parece ser resolvida (ao menos em parte) pela adição da ODB como variável independente que opera conjuntamente sobre a mesma variável dependente (o comportamento estratégico, ou ação de política externa).

Aqui o foco recai sobre como as capacidades, atividades e orientações doutrinárias militares dos países afetam não só suas políticas externas mas também a qualidade da vida internacional. Isto é, ao afetar diretamente a composição dos recursos à disposição do Estado (atributos das unidades) afetam indiretamente as características do sistema

14 Portanto ainda mais ligados à Teoria da Escolha Racional que o próprio Waltz (1979), por exemplo.

internacional, especialmente a distribuição de capacidades e a balança entre defesa e ataque (ODB).

Considerações sobre a balança de poder são intimamente associadas com a teoria Realista das Relações Internacionais. Esta, especialmente em sua variante neorrealista ou sistêmica (Waltz, 1979), tende a enfatizar a importância da distribuição de capacidades materiais (especialmente militares) na explicação de padrões de comportamento dos países¹⁵. Estes, ciosos de sua autonomia e segurança, seriam sensíveis a variações na distribuição de capacidades entre si. O aumento das capacidades de um país, decorrente de modernização ou compras de equipamentos, avanços tecnológicos, recrutamento de pessoal, construção de bases, mobilização de reservas, etc., tende a ser observado de perto pelos demais.

Na ausência de informações perfeitas, os Estados ficam atentos ainda a outros atributos de suas contrapartes que lhes permitam fazer inferências sobre intenções e disposições, além de capacidades materiais, como política declaratória, doutrina militar e, é claro, as atividades de emprego de suas capacidades¹⁶.

Essas inferências, no entanto, são altamente imperfeitas e retrospectivas (e não prospectivas). Não só as ameaças presentes devem ser consideradas, mas também a expectativa de ameaças futuras. Como colocou Waltz, “*the ominous shadow of the future continues to cast its pall over interacting states*” (2000, p. 39). Os altos riscos envolvidos na política internacional e a “sombra do futuro” tendem a dar espaço a avaliações pessimistas e preparativos para os piores casos possíveis (*worst case scenarios*). Mesmo países com políticas declaratórias virtualmente pacifistas, com doutrinas militares defensivas e históricos de emprego da força muito restritivo podem, ao se armar, provocar sensação de insegurança. No entanto, políticas declaratórias agressivas, doutrinas militares ofensivas e históricos de emprego excessivo ou liberal da força tendem a gerar mais preocupações,

15 Waltz (1979) nomeia seu livro de *Theory of International Politics*, justamente porque esta não é uma Teoria de Política Externa. As lições da corrente sistêmica podem ser utilizadas para, com alguma imprecisão, definir o comportamento esperado dos Estados.

16 Segundo Walt (1987), a ameaça que um Estado oferece a outros é função não só de suas capacidades agregadas mas também da proximidade geográfica, intenções agressivas e capacidades ofensivas. Este último ponto merece atenção especial.

desconfiança e cautela. Por outro lado, países com doutrinas e capacidades estritamente defensivas, sem potencial para projeção de poder, têm dificuldades em assumir ou respeitar compromissos que envolvem a defesa de aliados (Schweller, 1998) ou a manutenção ativa da paz e da segurança internacionais¹⁷. Isto é, mesmo alianças defensivas e atividades legítimas, como imposição da paz, manutenção da paz e até mesmo mediação de conflitos podem requerer capacidades ofensivas consideráveis.

A literatura sobre a ODB (Jervis, 1978; van Evera, 1998) nos sugere que ambientes nos quais a tecnologia, a geografia e as condições sociais e políticas favorecem o uso defensivo da força, os efeitos da anarquia e do dilema de segurança tendem a ser amenizados, uma vez que os Estados podem se sentir mais seguros em seus territórios. Corridas armamentistas se tornam menos frequentes e menos acaloradas; conflitos se tornam menos prováveis; Estados se tornam menos sensíveis a variações em suas capacidades relativas e à distribuição relativa de ganhos; e, portanto, a cooperação internacional se torna mais fácil e estável (Conybeare, 1987).

Estas variáveis, no entanto, não são estáticas. Mudanças na tecnologia, nas técnicas de emprego da força, em condições sociais e políticas nacionais e internacionais podem ter efeitos revolucionários (mudando, inclusive, o papel da geografia). Considere-se o advento da pólvora, do barco a vapor, das ferrovias, do avião e das armas atômicas (Brodie & Brodie, 1973; Jervis, 1976; van Evera, 1999); das falanges, da guerra de cerco ou da Blitzkrieg; do Estado-moderno, do Estado-Maior ou do *levée en masse* (Posen, 1993). Algumas dessas transformações (e muitas outras, menos revolucionárias, porém não insignificantes) foram ativamente promovidas ou exploradas (quando não resistidas) por militares ao longo dos séculos, com o efeito, intencional ou não intencional, de subverter a distribuição das capacidades e a ODB.

Há ainda a dificuldade, em muitas ocasiões, de traçar uma distinção clara entre capacidades defensivas e ofensivas (Jervis, 1978). Assim como certas capacidades ofensivas podem ser necessárias mesmo para Estados conservadores e estratégias defensivas,

17 Isto é, Imposição da paz, manutenção da paz e até mesmo mediação de conflitos podem requerer capacidades ofensivas consideráveis.

capacidades aparentemente defensivas podem ter por trás intenções agressivas e ser incorporadas a estratégias ofensivas. Mesmo a Linha Maginot francesa, considerada o epíteto dos estratagemas defensivos, teria sido considerada por alguns, em sua concepção, um instrumento ofensivo (Kier, 1999).

A literatura de Relações Internacionais, oferece, portanto, diversas explicações para a conflitualidade no Sistema Internacional. Enquanto nominalmente focada na figura do Estado como elemento central de sua análise, devemos perguntar se aquilo que motiva os Estados à contenda é semelhante àquilo que motiva grupos politicamente organizados a fazerem o mesmo. Em outras palavras, é preciso saber se é possível aproveitar os ensinamentos da literatura realista das Relações Internacionais, em contraste com a literatura específica de Guerras Civis, para compreender as ações dos agentes beligerantes em um conflito intraestatal ou do Terceiro Tipo (como veremos a seguir).

Capítulo 3 – O Fenômeno da Violência Política, o Estado e as Guerras Intraestatais

As guerras civis são especialmente desafiadoras por sua complexidade, especificidade e conseqüente dificuldade em endereçar, de maneira generalizada a abordagem. O aparecimento da ideia de Emergências Complexas está bastante ligado à própria ideia de Guerra Civil, numa “evolução” do evento para um contexto de violência interna generalizada com uma diversidade de atores (com participação direta ou indireta) grande (Derriennic, 2001).

De acordo com Jean-Pierre Derriennic, “durante o curso da história, a guerra sempre aconteceu entre grupos muito diversos, e não somente entre os Estados como os conhecemos hoje” e que “guerras tribais, guerras de clãs, guerras sectárias religiosas, e guerras entre senhores feudais, que não são nem guerras interestatais nem guerras civis” sempre existiram (Derriennic, 2001, p. 16). Enquanto forma de utilizar a violência com fins políticos, no sentido mais puro, é difícil separar a guerra civil de outros tipos de guerras:

“Comme toutes les autres distinctions conceptuelles servant à analyser les phénomènes sociaux, la distinction entre guerres interétatiques et guerres civiles correspond à des catégories analytiques et non à des situations parfaitement séparées dans la réalité.” (Derriennic, 2001, p. 16)

É mais fácil argumentar que certos conflitos podem ser puramente interestatais, e não é tão fácil defender que certos conflitos são puramente interestatais. Entretanto, a melhor solução, geralmente, será utilizar uma definição que não seja unicamente binária, mas que aceite mais possibilidades de interação entre várias tipologias de agentes. O importante no entanto, é, para efeito analítico, conseguir entender quais são os fenômenos gerais que dão substância a esses conflitos, e em que medida há diferença para cada posição possível dentro deste modelo espectral e não-binário proposto (Holsti, 1996). Na segunda metade do século XX, há um aumento na incidência de conflitos geralmente nomeados como intraestatais, mas, na verdade, muitos destes conflitos não são puramente internos,

remetendo à imagem binária, mas na verdade contam com a participação de uma panóplia de agentes de tipologia variada, que mobilizam ou participam na mobilização da violência organizada com fins políticos (Derriennic, 2001; Holsti, 1996; Kalyvas, 2009).

A definição oferecida por Stathis N. Kalyvas é uma tentativa alargada de combinar ou convergir variadas definições existentes anteriormente, e é a que se segue:

“Civil war can be defined as armed combat taking place within the boundaries of a recognized sovereign entity between parties subject to a common authority at the outset of the hostilities (Kalyvas 2006)¹⁸. This definition stresses two key features: the militarization of conflict, requiring at least two competing sides (including a relatively large rebel organization with military equipment and full-time recruits) and differentiating civil war from communal riots, terrorism, crime, and genocide; and a domestic challenge directed against the authority of the current holder of sovereign authority, which distinguishes it from interstate war. In fact internal war (Eckstein 1965)¹⁹ would be a more precise term, but civil war is the dominant term because of its common usage.” (Kalyvas, 2009, p. 417)

Esta definição é suficientemente abrangente e captura a essência do fenômeno das Guerras Civis, e é largamente aceita na literatura apreciada. No entanto, Kalevi J. Holsti (1996), em sua obra seminal, *The State, War, and the State of War*, propõe ainda um conceito ligeiramente diferente, mas que incorpora mais um elemento fundamental, a questão da institucionalização. Enquanto Kalyvas (*op. cit.*) assume que o combate armado ocorre dentro das fronteiras de uma entidade soberana reconhecida, Holsti (*op. cit.*) propõe que as Guerras Civis do pós-segunda guerra mundial podem, em uma boa parte dos casos, ser chamadas de “Guerras do Terceiro Tipo” (GTT)²⁰, com o efeito de eliminar o problema

18 Citado no original.

19 Citado no original.

20 Originalmente trabalhado por Edward Rice (Jervis, 1978; van Evera, 1998), o conceito é alargado e popularizado por Holsti em sua obra seminal. No original “*Wars of the Third Kind*” ou *WTK* (Holsti, 1996, chap. 2).

da “fronteirização”. O autor trabalha seguinte definição, avançada por Edward E. Rice (1988) no livro “Wars of the Third Kind: Conflicts in the Underdeveloped World”:

“For countries as for people, there can be few surer prescriptions for disaster than commitment to an undertaking that is inadequately understood and from which there seems to be no turning back. Because it takes two to make peace, but only one to make war, and because pride inhibits the admission of gross error, wars are undertakings from which extrication is peculiarly difficult. There is widespread understanding of conventional wars as they have been fought among the modern powers, and there is enough knowledge of nuclear war if something so apocalyptic can be called war to tell us that it must be prevented. There are, however, wars of another, or third, kind, neither nuclear nor conventional, to which a major power may become almost inadvertently committed. Because of the reliance of one side on hit-and-run operations, these conflicts are usually called guerrilla wars. The term, however, is incompletely descriptive: the reliance of the one side on guerrilla operations may be only partial; it may over time gain the capacity to wage battles of position and maneuver; and its opponent may attempt throughout the conflict to fight a conventional war. Accordingly, a more appropriate designation for such conflicts might be wars of the third kind.” (Rice, 1988, pp. 58–59)

E, mais desenvolve que:

“In sum, wars of the third kind are wars in which the support of one side is drawn not from a government and along a line of communications, but directly from the people of the country in which the two sides fight. It is only the rural areas of underdeveloped countries that provide environments suitable for the conduct of such wars. Attempts to conduct them in developed countries have been unsuccessful, and efforts to extend them to urban centers have degenerated into self-defeating campaigns of terror.” (Rice, 1988, p. 59)

Esta definição, é posteriormente avançada por Holsti (1996), de modo a eliminar o problema da “fronteirização”, ou seja, de limitar o escopo analítico deste tipo de conflito, à dicotomia interno-externo. À luz deste problema:

“The symbolic manifestations of war transformation are clear: in wars of the "third kind" there are no fronts, no campaigns, no bases, no uniforms, no publicly displayed honors, no points d'appui, and no respect for the territorial limits of states (van Creveld 1991: 206)²¹. There are no set strategies and tactics. Innovation, surprise, and unpredictability are necessities and virtues. The weak must rely on guile, and often crime, to raise funds for the bombings, assassinations, and massacres. Prisoners are used as hostages to extract political gains; terrorist incidents are designed to make publicity, not to defeat an enemy armed force. Terror is also used to cow the timid, the "collaborators", and the indifferent. The clear distinction between the state, the armed forces, and the society that is the hallmark of institutionalized war dissolves in "peoples' war." (Holsti, 1996, pp. 36–37)

Holsti defende que as Guerras do Terceiro Tipo irão representar o futuro da mobilização política da violência. Estas são, essencialmente fruto de uma busca violenta por *statehood*²², de governança, a de uma mudança no status das nações e comunidades dentro dos Estados (Holsti, 1996, p. 21). Ele classifica as guerras em três categorias: guerras institucionais, guerras totais ou hegemônicas e as Guerras do Terceiro Tipo (ou *Peoples' Wars*) (Holsti, 1996, p. 27). Essas três categorias são delimitadas por um conjunto de critérios (Holsti, 1996, pp. 19–40) que permitem enquadrar qualquer guerra em particular em uma das três categorias, utilizando três critérios essenciais: o propósito da guerra, o

21 Citação no original.

22 Traduções possíveis seriam “Condição de Estado” ou “Qualidade de Estado”.

papel dos civis durante a guerra e as instituições “em guerra”²³. A Figura um esquematiza a tipologia avançada por Holsti:

Figura 2 – Tipologia das Guerras segundo Holsti (1996), *apud* Marquez (2008, p. 4).

	Purpose of War	Role of Civilians	Institutions of War
Institutional War (Silesian War)	Monopoly of force within the identities	Unwritten codes clearly separated soldiers and civilians	Strict codes of conduct, battles choreographed; rules, norms and etiquette applied
Total War/Hegemonic War (WW I, WW II)	Unlimited	Technology combined with nationalism, entire populations mobilized	Air/Sea war, terror, targeting of civilians and non-military targets
Wars of the Third Kind/Peoples' War (Vietnam, Bosnia, Rwanda, Iraq)	Establish or preserve a community; identities liberation or unification	Civilian/soldier distinction disappears; civilians support with arms, logistics, and sanctuary; support from external identities	Armies, civilians as combatants, insurgency

A indistinção crescente entre combatentes e não-combatentes neste tipo de conflito também marcam a mutação para às chamadas “novas guerras” (Kaldor, 2007). Segundo Mary Kaldor (2007), as guerras antigas são marcadas pelo conflito entre estados, por exércitos uniformizados e definidos em termos de batalhas decisivas entre estas forças, e a distinção entre combatente e não-combatente era evidente²⁴. Em oposição, uma “nova guerra” tem como principal característica a combinação de atores e estatais e não-estatais, e tem como motivação principal a identidade política²⁵ e não a *raison d'état* ou a ideologia. A presença de batalhas não é preponderante, e geralmente, a violência é sistematicamente

23 No original “*Institutions of War*” mas como estas são uma combinação das instituições no sentido mais estrito (instituições militares envolvidas) com outras em sentido mais geral, preferi adotar “em guerra”.

24 Kaldor (2007) refere que, por mais que invariavelmente houvessem desvios desta prescrição, a natureza geral das “guerras antigas” se reportam a estas características como modelo geral, para efeitos de sua análise.

25 Há disputa acerca deste ponto, e para efeito deste trabalho, incorporaremos o argumento contrário (Fearon & Laitin, 2003), que confere como motivação não a identidade principalmente, mas às disputas por capacidades materiais e por poder. No entanto, o efeito geral da observância do advento das “novas guerras” se aplicam: a modificação no fenômeno da guerra com relação ao seu *modus operandi*.

direcionada aos não-combatentes - os civis, sendo esta a característica fundamental das “novas guerras”.

Kalyvas (2001), Newman (2004a) e van Creveld (2008) argumentam contrariamente a Kaldor, especialmente através da discussão histórica dos conflitos, demonstrando que as “novas guerras” não são tão novas assim: na verdade, a insurgência, a guerra irregular e a exploração de alvos civis como forma de levar a cabo o exercício da força em contendas é quase tão velha quanto a própria ideia de guerra²⁶. Estes argumentos são importantes tem implicações interessantes para o estudo da história militar e do conflito em si, mas não anulam a validade do trabalho de Kaldor como um quadro para entender as perspectivas dessa forma de fazer guerra (seja ela nova ou velha) para o estudo de resolução de conflitos e operações de paz. Além disso, o estudo de Kaldor é largamente usado e referenciado nesta área de estudos, portanto, é de utilidade para delinear os parâmetros gerais que nos permitem entender a insurgência do ponto de vista da resolução de conflitos. Apesar de argumentar na mesma direção de Van Creveld, Newman (2004a) reconhece a relevância do trabalho de Kaldor como reflexo de fenômenos políticos bem delineados da época em que ela escreve, no sentido do exposto acima (Newman, 2004a, pp. 179–180; 185–187).

Derriennic, por exemplo, demonstra que a história não converge para o argumento das Novas Guerras, e novamente suporta as leituras não-binárias das Guerras Civis, sem abrir mão de uma conceptualização que permita fazer avançar o entendimento sobre o objeto de estudo:

“Les conflits armés complexes, qui sont en même temps des guerres interétatiques multiples et des guerres civiles multiples, ne sont pas un phénomène nouveau. La guerre de Trente Ans, les guerres de la Révolution française et la seconde guerre mondiale avaient déjà ce caractère. (...) la seconde guerre mondiale a des aspects de guerre civile pour les Français et les Chinois ; elle reste purement interétatique pour les Britanniques. Cette différence s'explique en partie par des facteurs

26 Especialmente em (2008, chap. 6).

internes, les types de conflits politiques qui existaient dans les trois pays avant le début de la guerre inter-étatique, et en partie par le déroulement de celle-ci, le fait que les territoires de la France et de la Chine ont été envahis et que celui de la Grande-Bretagne ne l'a pas été. Plus récemment, les interventions internationales en Bosnie et au Kosovo ont des similitudes et des différences, qui s'expliquent en partie par le fait que la seconde a été influencée par l'expérience acquise lors de la première (...). Je ne vois pas comment on peut analyser les situations complexes sans utiliser ces distinctions conceptuelles, même si celles-ci ne correspondent pas à des objets séparés ou séparables dans la réalité.”
(Derriennic, 2001, pp. 17–18)

Outro desdobramento importante da diferenciação de “antigas e novas guerras” se refere à racional de organização obtida. Enquanto as antigas guerras prescrevem processos de integração, incorporação e dominação de outros Estados ou partes de outros Estados, com o objetivo de engrandecer a parte vencedora, as segundas são regidas por um efeito de desintegração e enfraquecimento do Estado²⁷ (Newman, 2004a). As operações de paz seriam uma maneira de remediar esses efeitos, através da reconstrução de um Estado capaz e democrático.

Aqui também aparece um outro fator importante na ideia de “novas guerras”: essa distância do Estado como instituição gera uma deslocalização da guerra, que não está mais contida em fronteiras bem definidas.

É normal, que haja um efeito de *spill-over* ou escapamento, onde o conflito, por vezes ou sistematicamente, atravessa as fronteiras do Estado em que começou²⁸, ainda que

27 Esta observação tem um efeito importante, já que normalmente, exércitos em guerra obtém seus recursos da mobilização nacional e dos impostos, mas nesse caso não. Nesse caso, as fontes principais de recursos são o financiamento externo ou interno por grupos diretamente interessados e/ou o lucro obtido das atividades ilegais suportadas pela fraqueza do Estado, tais como saques, tráfico de drogas, diamantes e marfim ilícitos, pirataria e outros crimes, num quadro de organizações criminais transnacionais e economias abertas (Kaldor, 2007).

28 É uma consequência evidente da própria fraqueza do estado em questão e a incapacidade dele gerenciar suas próprias fronteiras (Holsti, 1996; Kaldor, 2007).

sem identificação necessária com a figura institucional dele. Seja pela incursão de grupos beligerantes em outros países, pela participação de grupos beligerantes externos, pelo processo de *displacement* de refugiados ou pela simples utilização (consentida ou não pelos governos vizinhos) do território de outrem para a preparação para o conflito.

A este nível regional do conflito, adiciona-se o nível global, menos evidente mas também importante. Na maioria dos casos, os interesses de atores globais também interferem no conflito, de maneira mais indireta, mas muitas vezes decisiva, como podemos perceber em diversos conflitos africanos onde há presença de interesses externos por recursos naturais em regiões de conflito de tipicidade das “novas guerras”. O interesse de potências europeias, da URSS/Rússia, dos EUA e recentemente da China marcou e ainda marca muitos conflitos no continente africano, seja por interesse ideológico (durante a Guerra Fria) como por interesses econômicos (recursos). Além da figura do interesse estatal (derivado do interesse econômico patrocinado pelas empresas transnacionais), mais ou menos legitimado pela lei, há o interesse das organizações criminais transnacionais, especialmente do tráfico internacional de drogas ilícitas.

A autora também argumenta que as guerras civis, inseridas no contexto de “novas guerras”, são conflitos muito difíceis de serem vencidos, já que os grupos conflitantes se beneficiam e estão muito interessados em continuar como beligerantes. Eles ganham e mantêm poder, riqueza e toda a sorte de benefícios materiais em troca de um suposto malefício que só pode ser medido em termos da moralidade. Além disso, mesmo para as partes que não obtêm o benefício direto de maneira similar aos beligerantes, o apoio ao extremismo (que sustenta a iniciativa de guerra por parte dos grupos e que geralmente só tem lugar durante o conflito) se paga em troca de proteção ou benefícios indiretos, aumentando ainda mais a presença da racional da guerra civil na população geral (Kaldor, 2007).

A Academia tem dispensado bastante atenção e esforço em tentar delinear explicações para a maneira como as guerras podem atingir resoluções que às encerrem. A disciplina de Relações Internacionais tem em suas raízes essa pergunta, que, inicialmente fora direcionada aos conflitos convencionais interestatais, mas que agora tem que

responder aos conflitos intraestatais e às guerras civis. Para Barbara F. Walter (1997, 2002, 2003, 2009), das muitas contribuições feitas à produção acadêmica, pode-se depreender variados argumentos, que podem ser essencialmente classificados em dois grupos: o racional²⁹ (ligado aos estudos baseados em teorias da tradição realista das Relações Internacionais) e o ideacional³⁰ (geralmente ligado aos estudos de teorias da tradição construtivista das Relações Internacionais).

Os representantes do grupo racional argumentam que não há diferença entre as motivações e restrições que conduzem uma guerra civil das que conduzem guerras convencionais. Os beligerantes em um conflito intraestatal geralmente são guiados pelos mesmos cálculos de custo benefício que seus pares da guerra interestatal, mas algumas especificidades causam efeitos que ainda tornam mais difícil alcançar a cooperação necessária para acabar o conflito. Suas ponderações vão passar pela verificação de várias variáveis, com o objetivo de saber, primeiramente, se a continuidade do conflito trará benefícios, se é possível sustentar esta continuidade e quais são as chances de ser bem sucedido. Assim, poderão saber se será interessante continuar ou buscar um fim negociado do conflito. Caso a segunda opção se mostre mais forte, os cálculos passarão a endereçar a possibilidade de engajar-se no fim do conflito. Neste caso, a ponderação será em torno da capacidade de garantir a sobrevivência e maximizar o *output* de poder daquele evento (Walter, 1997), conforme será discutido mais a frente.

Por outro lado, os representantes do grupo ideacional acreditam que a motivação dos beligerantes em conflitos internos estão menos relacionados com ponderações racionais de custo-benefício. De acordo com aqueles, os conflitos internos são motivados por valores e ideias, que por sua vez, não seriam negociáveis. Ao invés da busca por poder, estes indivíduos estariam buscando afirmação de identidade, em termos étnicos, culturais, territoriais e políticas, criando um ambiente de extremismo, onde o compromisso em torno de certos objetivos comuns jamais pode ser alcançado (Fearon, 1994; Posen, 1993; Walter, 1997, 2002). Essa visão é extremamente pessimista, já que não prescreve possibilidade de

29 Para mais detalhes ver Posen (1993), Van Evera (1998) e Zartman (1985), entre outros.

30 Para mais detalhes ver Burton (1987) e Horowitz (1985), entre outros.

saída negociada, a não ser através da improvável aceitação do pluralismo (geralmente inexistente considerando uma guerra civil).

Walter contribui com este debate através de seu artigo *The Critical Barrier to Civil War Settlement* (1997)³¹, em que discute as restrições impostas pelo ambiente de anarquia entre os grupos beligerantes e, principalmente, da impossibilidade de gerar confiança de ambas as partes em um acordo, quando todas as soluções passam pela criação de uma unidade em que a todas as partes tem que abrir mão de suas próprias maneiras de garantir sua segurança. De acordo com a autora, a diferença fundamental e limitadora das guerras civis para as guerras convencionais entre estados é justamente que, após um acordo de cessar-fogo qualquer, os adversários não podem reter seus exércitos, geralmente aumentando os custos da “sombra do futuro” e dificultando a cooperação.

Mesmo quando em 42% de todas as guerras civis entre 1940 e 1990 tentativas de atingir um acordo negociado formal entre as partes conflitantes tenham sido realizadas, e que 94% destas tenham produzido um acordo de cessar-fogo formal reconhecido (Walter, 1997, p. 337), os grupos não tem incentivo para aplicar com seriedade as disposições dos acordos. Isto ocorre porque os acordos tem uma natureza de desarmamento e desmobilização - que conduzem a uma percebida sensação de vulnerabilidade das partes, consideradas individualmente - e mesmo aqueles mais promissores e abrangentes caem por terra quando submetidos a análise amedrontada daqueles que teriam que abrir mão completamente de suas defesas e da sua capacidade de manter o *status-quo* acordado (Walter, 1997, 2002).

O resultado é o do esvaziamento do acordo desde o momento de sua assinatura. Geralmente, quando ocorre, a paz e o acordo é mantido por conveniência, num momento em que é estrategicamente necessário para permitir o rearmamento ou a reorganização desejada por ambas as partes. O resultado é a continuidade do conflito, pela impossibilidade de afirmar o estabelecimento de uma situação de segurança que conduza e

31 Nomeadamente, Barbara F. Walter não inclui Angola como caso em seu *dataset* (inclui 41 guerras civis de 1940 a 1990), porque o resultado do conflito ainda não estava definido e as regras de inclusão no *dataset* só admitiam conflitos já encerrados formalmente (Walter, 1997, pp. 343–345).

incentive os grupos engajados a renunciar ao uso da força como maneira de auto-preservação e/ou obtenção de poder (Fearon, 1994; Walter, 1997). Além desta restrição, é preciso endereçar um segundo nível do problema, este ainda mais complicado, que é convencer os adversários que há formas melhores de disputar o poder que através do uso da força.

Nesse sentido, parte importante do processo de *peacebuilding* é a conversão dos processos violentos de disputa de interesses para processos políticos democráticos e dentro do escopo do *Rule of Law*, e aí a consequência é que o governo precisa ter credibilidade, com instituições de garantia da lei e da ordem (GLO)³² que sejam neutras e imparciais. Geralmente, essas instituições acabam comandadas e instrumentalizadas por um dos lados (o partido que ganha as eleições, ou similar) em detrimento do outro grupo, e o ciclo de uso da força recomeçará. A opção de dividir o comando das instituições de GLO e Forças Armadas de um Estado entre os partidos como forma de garantir um sistema de *power-sharing*, onde ele é efetivamente inexistente, geralmente é prejudicial, conduzindo a uma situação de embate através do uso da força, ainda que mascarada em forma de agentes estatais legítimos. Em outras palavras, essa configuração revela uma transferência do *locus* do conflito.

A título de ilustração da dificuldade de concertar acordos, segurança e *state building*, balizados pela ideia de dilema de segurança no conflito inter e intraestatal (Booth & Wheeler, 2007; Herz, 2003; Posen, 1993; Walter, 2002), pode-se utilizar também a situação de conflito no Zimbábue. Nas palavras do próprio Robert Mugabe:

“[the Patriotic Front] would rather prefer Ian Smith having 100 per cent representation in the Parliament and we having the army controlling, than having majority in the Parliament and with Ian Smith having the army, you see.” (apud Walter, 1997, p. 351)

32 Em muitos casos de *state building* e pós-conflito, as Forças Armadas têm papel fundamental no exercício de GLO (geralmente irrisório em termos práticos), em dissonância com o sistema ocidental clássico.

Um outro viés da análise quantitativa das guerras civis está presente no trabalho de Monica Duffy Toft, especialmente em seu artigo *Ending Civil Wars: A Case for Rebel Victory?*, publicado em 2010 pela International Security e em seu livro *Securing the Peace: The Durable Settlement of Civil Wars* (2009). No artigo, a autora argumenta que os *datasets* históricos referentes às guerras intraestatais é que, na maioria dos casos, a vitória do partido rebelde ocasiona em melhores resultados de longo prazo para a comunidade onde a guerra civil se deu. Assim, as guerras intraestatais podem alcançar três tipos de solução segundo a tipologia dos estudos da resolução de conflitos: o acordo negociado, a vitória e o *stalemate*³³.

O acordo negociado se dá quando nenhuma das partes admite derrota e seus representantes decidem encerrar o uso da violência. Via de regra, um acordo negociado sempre acompanha uma termos aceitos pelas partes acerca de como se dará o governo do Estado no pós-conflito. Partes externas podem ou não participar, direta ou indiretamente da formação desses acordos, que geralmente se dão na forma de um tratado ou acordo formal assinado pelos chefes dos grupos engajados. A participação de um dessas partes externas, sejam Estados ou outros atores (Nações Unidas ou Cruz Vermelha Internacional, por exemplo) não é, no entanto, pré-condição para que um acordo aconteça (Toft, 2009, 2010, p. 11).

A vitória ocorre quando um dos grupos engajados obtém triunfo militar sobre o outro. Este triunfo militar se dá no sentido de guerra dado por Carl von Clausewitz, – “*war is thus an act of force to compel our enemy to do our will*” (1993, p. 83) – ou seja, não precisa ser definido pela destruição total das forças inimigas ou de sua estrutura, mas da submissão delas aos desígnios do grupo que detém a vitória. Nesse sentido, ainda que os termos da rendição apresentada pelo derrotado não tenham que ser necessariamente incondicionais³⁴

33 A literatura de resolução de conflitos denomina as três maneiras de encerrar uma Guerra Civil, em inglês: *negotiated settlement*, *victory* e *stalemate* (Toft, 2010; Walter, 1997, 2002). Opto pela utilização de *stalemate* em inglês, porque sua forma traduzida, “empate”, não contém a semântica completa, que combina empate, impasse e a própria ideia da “ausência de uma saída”.

34 Quanto mais incondicionais forem os termos, mais se aproximará do “tipo ideal” de guerra, previsto nos termos clausewitzianos (Clausewitz, 1993, bk. 1; Toft, 2010, pp. 11–12).

para que seja caracterizada vitória, o derrotado tem que reconhecer a sua derrota (Toft, 2010, p. 11).

Finalmente, o *stalemate*, que geralmente é acompanhado de alguma tipo, seja formal ou informal, de cessar-fogo. É semelhante ao acordo negociado, mas não incorre na aceitação de previsões para o momento de pós-conflito, apenas encerrando a violência (Toft, 2009, 2010; Walter, 1997, 2002). O *stalemate* geralmente acontece quando, momentaneamente, nenhuma das partes consegue estabelecer vantagens sobre a outra capazes de definir (ou de dar continuidade) ao rumo do conflito. Nesse momento, o peso do atrito na guerra³⁵ obriga os participantes encerrar a violência mesmo que ainda não haja acordo sobre o futuro do conflito e conseqüentemente, não esteja em prática nenhuma determinação sobre de que maneira se dará a organização política futura. Geralmente, esse tipo de fim da guerra civil só se dá em situações onde os grupos engajados não tem condições de se recuperar do desgaste imposto pelo atrito, situação essa que é particularmente rara (Lockyer, 2008).

Tanto Walter quanto Toft argumentam que a saída negociada é normalmente preferida no processo de resolução de conflitos, mas não é necessariamente a mais eficaz, justamente porque não leva em conta as dinâmicas de interesses presentes entre as partes em conflito. Ao reconhecer o poder modificador que a guerra e o uso da violência tem sobre as sociedades e sobre o sistema internacional, o argumento de Edward N. Luttwak (1999) demonstra que, na maioria dos casos, optar pelo encerramento indiscriminado do conflito sem analisar a situação corretamente é contraproducente. Armistícios impostos acabam por perpetuar o estado de guerra, já que protegem o lado mais fraco das conseqüências de se recusar a fazer concessões para obter a paz (1999, p. 37) e dão espaço para que os grupos recuperem-se dos desgastes da fricção da guerra e futuramente continuem o esforço de se impor sobre o oponente.

35 O atrito e a fricção constituem de maneira geral o desgaste imposto ao combatente pela força do prosseguimento do conflito. Para mais informações, ver o capítulo sétimo do livro primeiro da obra *On War* de Carl von Clausewitz (1993).

No médio e longo prazo, o efeito é o do prolongamento do conflito com breves pausas, e a contabilidade final tende a apontar para um número de baixas e de perdas econômicas muito maiores do que se a guerra tivesse seguido seu curso e a vitória militar fosse atingida. Este argumento consiste com as leituras racionalistas de resolução de conflitos, que apontam para a necessidade de esperar o momento correto para intervir – *conflict ripeness* – garantindo o melhor aproveitamento das condições políticas para o estabelecimento de um acordo duradouro e eficaz.

Por outro lado, o argumento de Luttwak é apontado principalmente pelos representantes da escola ideacional de resolução de conflitos e dos advogados da Segurança Humana³⁶ e do *Responsibility to Protect*³⁷. Estes acadêmicos acreditam que acima de tudo, não se pode permitir o prolongamento da violência, e que qualquer ação necessária que passa pela obrigação moral de impedir que inocentes morram no terreno, mesmo que ao custo de uma intervenção que não é altamente eficaz.

O debate aqui se insere justamente na questão da *obrigação moral versus* a otimização da obtenção do efeito desejado (que é restabelecer a paz): a observação da espera de um momento de amadurecimento ótimo com custos em termos de baixas ou a ação imediata com custos em termos de prolongar o estado de tensão no longo prazo?

As análises quantitativas de Toft (2010) e Walter (1997, 2002, 2009) sobre seus *datasets* de Guerras Civis advogam pelo primeiro, e ainda demonstram que o melhor dos mundos para o estabelecimento de uma paz duradoura é a vitória dos grupos que representam a oposição ao governo em exercício, chamados rebeldes:

“Thus, wars ended through negotiated settlement were twice as likely to reignite as those ending in victory. In addition, rebel victories were more stable than government victories. Therefore, not only does it matter that the war ended with a victory but also who achieved that victory. Whereas

36 Ver Paris (2001); Henk (2005); King e Murray (2001) e Thomas e Tow (2002).

37 Ver International Commission on Intervention and State Sovereignty (ICISS) (2001); Evans e Sahnoun (2002); Welsh *et al.* (2001) e MacFarlane *et al.* (2004).

17 percent of wars (8 of 48) ending in a government victory recurred (fewer than negotiated settlements and cease-fires/stalemates), only 6 percent of wars (2 of 33) won by rebels did so.” (Toft, 2010, p. 17)

E o estudo mais cuidadoso desses dados leva a crer que:

“In particular, security dilemmas may emerge among ethnic groups in anarchic settings, such as exist in states experiencing civil war, undermining the groups’ ability to coexist after the war. In civil wars where territory is central to the fight, the territory may be seen as indivisible and therefore less amenable to stable settlement. The remaining two factors concern the costs and intensity of the fight. Some scholars have shown that a stable settlement is more likely when the parties have reached a hurting stalemate as the total number of casualties mount. According to William Zartman, hurting stalemates should make combatants more willing to negotiate; thus, owing to exhaustion, high casualty counts and long wars may be less associated with war recurrence.” (Toft, 2010, p. 17)

Dessa maneira, o que deve ser submetido ao questionamento em seguida é justamente se o efeito (reduzir os custos para a população em termos de baixas) da opção pela não intervenção até o momento de amadurecimento do conflito se paga. Em 80% dos casos, a duração total de guerras onde houve recorrência (retomada do conflito após um cessar-fogo ou um acordo mediado), o conflito durou mais tempo do que em espaços onde não houve recorrência e a guerra seguiu sem interrupções (Toft, 2010, p. 19) e nesses 20% onde não houve interrupção, a mortalidade total per capita foi 50% menor que nos seus pares onde houve interrupção. O argumento normativo que preconiza os acordos mediados e o encerramento imediato do conflito cai por terra quando submetido à análise estatística, já que essa variável não se mostra associada com a redução do sofrimento no conflito, mas ao contrário, se mostra causa participante no aumento de sofrimento no longo prazo (Toft, 2010, pp. 19–20). Como Toft argumenta:

“Thus, if war recurrence - with its corresponding increase in deaths, sacrifices in opportunity costs, destruction of infrastructure and possible escalation of violence - represents a high cost, then negotiated settlements appear to be more costly than allowing the combatants to fight until one side emerges victorious.” (Toft, 2010, p. 20)

Ainda há outro fator importante para as análises do pós-conflito e das motivações para o conflito. Grande parte da determinação por continuar lutando se baseia na preocupação com o momento pós-conflito, e é justamente essa insegurança com o futuro que predispõe os atores a continuar lutando (Walter, 1997, 2002). O arranjo político a ser estabelecido no momento de pós-conflito define a distribuição de poder num momento onde as armas não estão sendo utilizadas, e assim, seu bom entendimento e planejamento é fator primordial para a substituição da luta armada pela luta política com resultados duradouros.

Submetendo sua análise quantitativa de guerras civis aos índices *Polity IV*³⁸, Toft confirmou a tendência de que este tipo de conflito está associado aos governos autoritários, já que se iniciam em algum tipo de insurgência contra uma situação de desfavorecimento. Seu estudo demonstra que os casos de vitória dos rebeldes, estão geralmente ligados a um aumento no nível de democracia no longo prazo³⁹ e o contrário acontece em vitórias do governo⁴⁰. Em casos de acordo negociado, no entanto, a sustentabilidade do *power-sharing agreement* estabelecido é geralmente muito curta e as variações no índice Polity IV demonstram um efeito *wear-off* dos acordos estabelecidos: nos primeiros cinco anos do acordo, a situação vive uma melhora de aproximadamente 8 pontos Polity IV, variando de -2 para 6, e em seguida, apresenta queda de 6 para 4 nos 5 anos seguintes, de 4 para três nos próximos 5, e finalmente, por volta do vigésimo aniversário do acordo, este já faliu

38 *Polity IV* é um projeto que compila dados sobre o nível de democratização das nações e auferem um índice de democracia que varia de -10 a 10, indo de nenhuma qualidade democrática até nenhuma qualidade autoritária. Mais informações em: <http://www.systemicpeace.org/polity/polity4.htm>. Último acesso à 05 de Junho de 2012.

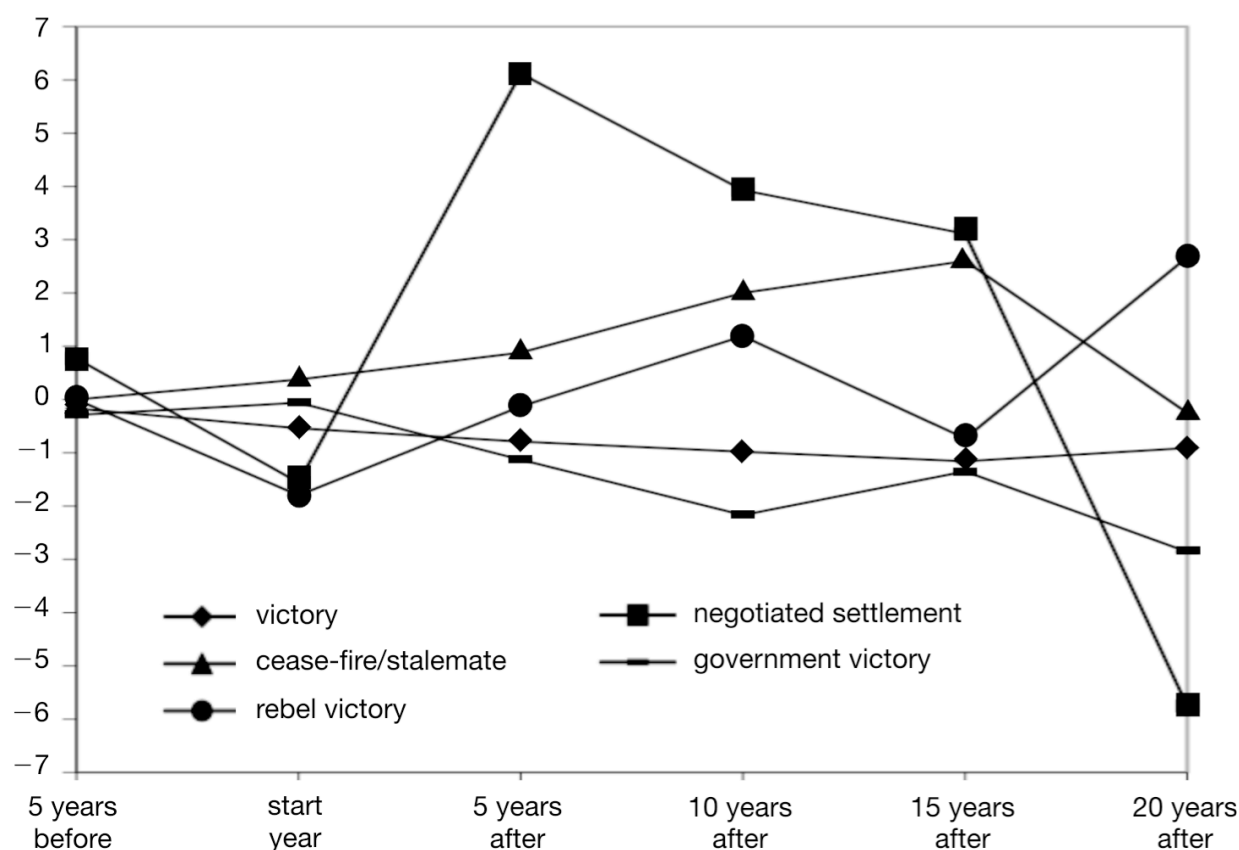
39 A vitória rebelde gera um aumento médio de um ponto no índice *Polity IV* com relação ao pré-conflito nos primeiros 10 anos de pós-conflito e dobra ao alcançar 20 anos de pós-conflito (Toft, 2010, p. 25).

40 A vitória das forças do governo geram o declínio em ordem similar ao da nota 33 ao índice Polity IV (Toft, 2010, p. 25).

completamente, levando o índice Polity IV à marca média de -5,5 pontos, demonstrando um declínio absoluto de - 2 para -5,5 decorrentes do desgaste do acordo. Essa análise corrobora a visão de que geralmente a insurgência representa os anseios do povo contra um governo corrupto e autoritário, comprovando a análise (Toft, 2010, pp. 23-27).

Como resumo do argumento apresentado neste parágrafo, Toft fornece, em seu trabalho, a seguinte análise gráfica:

Figura 2 – Variação no Índice Polity IV ao longo do histórico das Guerras Civis, com análise por tipologia de encerramento, de 1946 até 2002 (Toft, 2010, p. 24)⁴¹:



A mesma análise é conduzida para avaliar as variações econômicas e de qualidade de vida analogamente, mas o resultado apresentado é o de que a tipologia de encerramento

41 Informações suplementares sobre os dados utilizados estão disponíveis em <http://belfercenter.ksg.harvard.edu/files/MTcodebook2010.pdf>. Último acesso em 5 de Junho de 2012.

das guerras civis não causa alterações significativas na evolução da riqueza numa situação de guerra civil (Toft, 2010, p. 27).

A literatura que dedica-se ao estudo da violência política e mais especificamente das Guerras Civis, tem produzido avanços significativos, através de estudos quantitativos e qualitativos, criando um corpo teórico sustentado. A complexidade dos conflitos tende a ser cada vez mais reconhecida e estudada. Enquanto processos profundamente endógenos, as Guerras Civis são fruto de preferências coletivas e individuais, mas também de estratégias, valores e identidades continuamente moldadas durante o conflito (Kalyvas, 2009, p. 430), sob o efeito de uma estrutura marcada pela anarquia e pela conseqüente incerteza, agregando todas as variáveis do espectro que vai da ideologia aos problemas mais localizados. Não será portanto, possível, prever como interesses pré-guerra definem a ação dos atores em conflito, nem deduzir diretamente o início, término ou duração da interação. As Guerras Civis são eventos que devem ser acompanhados de perto, e com atenção, uma vez que narrativas generalistas (*master narratives*) baseadas somente em condições pré-existentes não são explicações suficientes – o processo de Guerra Civil, geralmente também é um processo de *state-building*: o processo de usar a violência é parte inextricável da construção da Condição de Estado num determinado território ou comunidade, tal como na Europa pós-medieval (Newman, 2004a). As *master narratives* são o ponto inicial de uma análise que deverá focar-se em entender as dinâmicas de uso da violência com fins políticos em uma chave endógena, e não só exógena. Finalmente, argumenta Kalyvas (2009), é importante notar que nem todas as Guerras Civis são causadas pelo mesmo conjunto de fatores, o que leva a necessidade de buscar um terreno de base para avançar uma Teoria (com letra maiúscula). Tipos diferentes de Guerra Civil podem emergir de combinações diferentes de fatores causais, com *outsets* variados. Importará saber o que é possível reter como dinâmica geral.

Por último, vale fazer menção às futuras agendas de pesquisa em Guerras Civis, olhando para a forma como os problemas acima discutidos irão influenciá-las. Segundo Stathis N. Kalyvas (2009, p. 431):

“First, research on civil wars will increasingly move toward the specification and testing of disaggregated causal pathways and mechanisms. Second, micro–macro relationships will be studied less through cross-national statistical analyses and more through integrated research designs that make intensive use of fine-grained subnational data — quantitative and qualitative. Third, both these trends call for opening up the black box of civil war and exploring the complex ways in which a military challenge is articulated, emerges successfully, and is countered — i.e. the microfoundations of civil war. Questions such as rebel recruitment, peasant collective action, rebel rule, peripheral state and rebel organization, peripheral state and rebel financing, dynamics of violence will be studied in increasingly sophisticated ways combining ethnographic, archival, and econometric methods (Kalyvas 2006; Arjona and Kalyvas 2006)⁴². At the macro level, we are likely to see more studies that embed civil wars into macro-historical processes, but in ways that incorporate insights and findings from both the emerging micro-level literature and older, overlooked literatures (Wimmer and Min 2006; Hironaka 2005; Derluquian 2005; Boix 2004)⁴³. These trends all point toward studies that are multi-method, take history seriously, and are characterized by more theoretical and empirical depth. In short, the indeterminacy of current findings signals less a declining research program and more the emergence of an exciting research agenda.”

42 Citação no original.

43 *Idem.*

Capítulo 4: A Anarquia e o Dilema de Segurança nas Guerras Civis: um quadro de análise

Neste capítulo, meu objetivo é endereçar a questão principal deste trabalho: como diminuir o hiato entre a florescente literatura racionalista sobre guerras civis e a consolidada teoria de Relações Internacionais.

A Teoria de RI oferece uma contribuição sonora das motivações e das dinâmicas que envolvem o conflito entre os Estados. Anteriormente, no capítulo segundo, a teoria Realista Estrutural das Relações Internacionais foi discutida, tendo selecionado os debates mais relevantes para o exercício fundamental desta dissertação.

No capítulo terceiro, apresentei uma seleção de autores representantes da vanguarda da literatura especializada nos fenômenos da violência política empregada por agentes outros que não o Estado, em conflitos especiais classificados como Guerras Civis. Sem exaurir o exercício de apresentação da literatura, circunscrevi-me, novamente, a apresentar o pensamento dos autores que possibilitarão propor este modelo.

Considerando que a violência é usada de forma *clauswitziana* – o uso da violência para compelir o inimigo à nossa vontade (Clausewitz, 1993, p. 83) – as duas questões adjacentes neste modelo são: a) como a Anarquia afeta o conflito e; b) qual é o efeito da forma como a violência é utilizada para o resultado destes conflitos. A assunção de que a violência é política, portanto, é necessária para que possamos fazer uma discussão de base racionalista sobre as preferências, incentivos e constrangimentos que afetam as escolhas dos envolvidos (Glaser, 2010; Mearsheimer, 2001; Morgenthau, 2005; Waltz, 1979).

O estado de natureza Hobbesiano, e a guerra de todos contra todos está intimamente ligado à ausência do Leviatã, e portanto à Anarquia. Holsti (1996, pp. 83–84) classifica o *continuum of state strength* como dependente de três variáveis: *a ideia de Estado, a base física para o Estado e a expressão institucional do Estado*. Em sua análise, é a

interação entre estes três elementos que constitui a condição de Estado (*statehood*), que é *a priori*, mensurável.

A *ideia de Estado* representa o senso afetivo do Estado, sua história, cultura, nacionalidade e ideologia – sentimentos e ideias que distinguem aquela comunidade de outras comunidades⁴⁴. A ideia de comunidade frequentemente não converge para as fronteiras da soberania estatal⁴⁵, mais relacionadas com o terceiro elemento, com consequências para a legitimidade do Estado (Derriennic, 2001; Holsti, 1996; Horowitz, 1985; Posen, 1993). A *base física para o Estado* inclui território definido, população, recursos e riqueza. Todas são variáveis em mensuração e comportam uma certa conceptualização diferenciada, excetuando-se a primeira característica: hoje em dia, a sacralização das fronteiras faz com que qualquer Estado considerado forte não aceite qualquer tipo de alteração em suas fronteiras. Por último, a *expressão institucional do Estado* compreende a “maquinaria do governo e o regime, incluindo leis, normas e os incumbentes do gabinete oficial” (Holsti, 1996, p. 83).

Nenhum Estado pode existir sem os três elementos. Os três são necessários para a que ele possa desempenhar as funções que, na prática, definem a sua existência, e se suportam mutuamente, em oposição aos espaços em que estas características não existem ou são reduzidas.

Via de regra, a literatura sobre *state strength* (ver capítulo 3) enfatiza o papel de capacidades materiais e institucionais para quantificar a *condição de Estado*: nível de institucionalização, oferta de serviços públicos, autonomia do Governo e etc. Holsti (1996)

44 A cartunista e ilustradora franco-iraniana Marjane Satrapi discorda: “*You see, the world is not divided between East and West. You are American, I am Iranian, we don’t know each other but we talk and understand each other perfectly. The difference between you and your government is much bigger than the difference between you and me. And the difference between me and my government is much bigger than the difference between me and you. And our governments are very much the same.*”

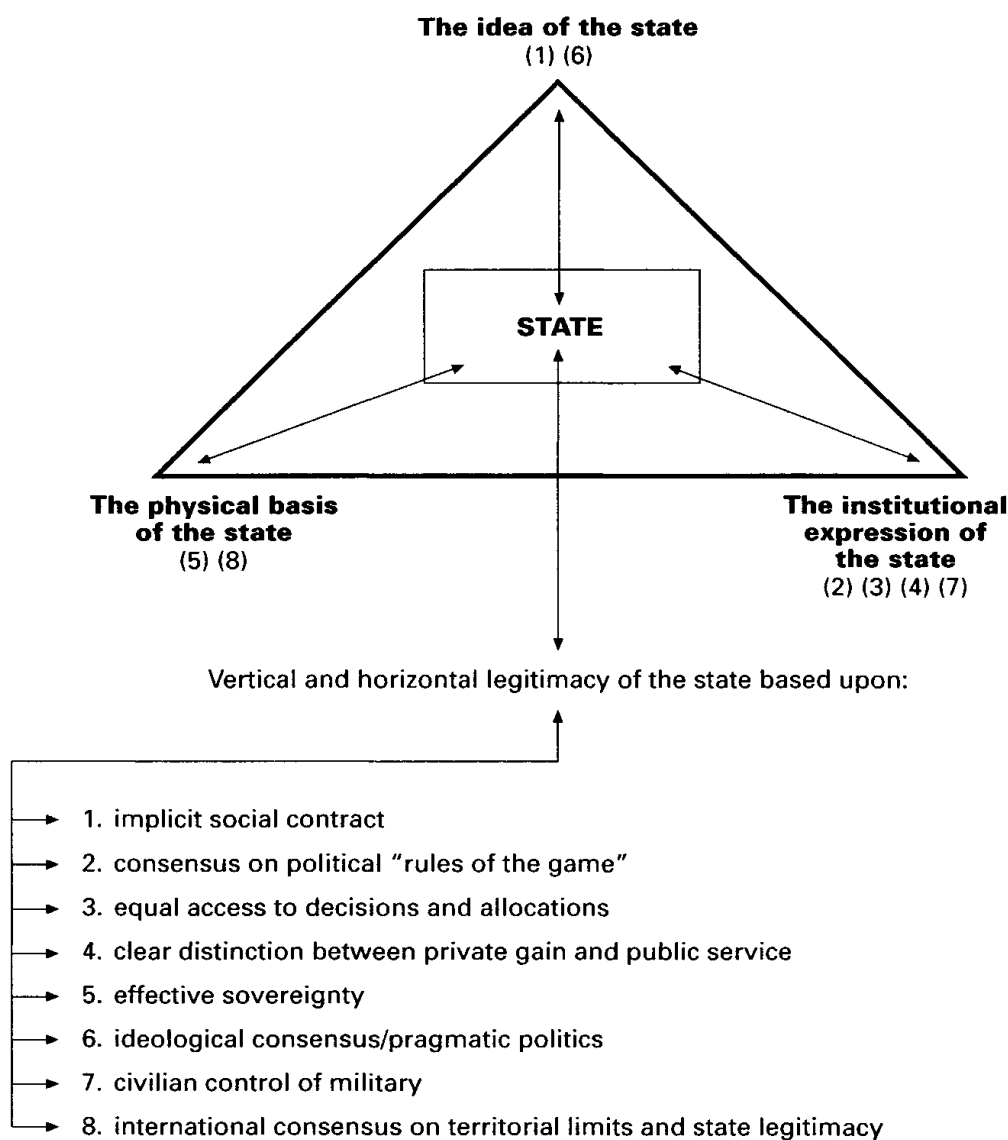
45 “*The poor fit between territorial states and the distribution of political communities gives rise to social tensions and often to internal war. Where the idea of the state does not command consensus or loyalty within a population (e.g., Afghanistan, Lebanon, Canada), the political institutions and perhaps even the territorial base of the state will be weaker than in those countries (e.g., Japan, Iceland) where such a consensus exists.*” (Holsti, 1996, p. 83)

argumenta que estes elementos são importantes, mas que a dimensão mais importante é a dimensão ideacional, porque só esta é capaz de compreender a questão da legitimidade.

“For the sake of brevity, let us call these, respectively, vertical legitimacy and horizontal legitimacy. The first deals with authority, consent, and loyalty to the idea(s) of the state and its institutions; the second deals with the definition and political role of community.” (Holsti, 1996, p. 84)

Para a compreensão deste modelo, o efeito da legitimidade em termos ideacionais é marginal, em detrimento do papel da Anarquia, numa concepção weberiana. No entanto, a ideia de legitimidade é importante para avançar a agenda de pesquisa em Guerras Civis e institucionalização. O recente caso de guerra civil na Síria (2012), por exemplo, denota a importância da legitimidade (em termos ideacionais): o regime de Bashar al-Assad preenche os requisitos materiais de *state strength*, mas teve sua legitimidade e direito de governar questionados. A geometria da distribuição de legitimidade vertical e horizontal pode ser vista na *Figura 3*.

Figura 3 – Geometria de Distribuição da Legitimidade (Vertical e Horizontal) do Estado (Holsti, 1996, p. 98):



Aqui, é mais importante a dimensão horizontal da legitimidade do Estado. Quando falamos em Anarquia, pressupomos a ausência de um agente ordenador com presença institucional capaz de usar a força para governar o território. A falta de legitimidade vertical do Estado pode ser considerada um estopim para o uso político da violência em um subsistema intraestatal, como no caso das chamadas *anocracias* (Chenoweth & Stephan, 2010; Vreeland, 2008), mas é a ausência da capacidade de reprimir a violência que permite a ascensão de um movimento de insurgência ou a instalação de uma guerra de terceiro tipo com elementos de *symmetric non-conventional warfare* (SNC).

Kalyvas (2006, 2009), Kalyvas e Balcells (2010) e Lockyer (2008) trabalham o conceito de *warfare* em Guerras Civis (e do que eles chamam de *Technologies of Rebellion*) e dos efeitos da forma como se faz a guerra para o próprio conflito:

“We identify the “technology of rebellion” as the dimension best capturing the ways in which the international system has affected civil wars. A central assumption in the literature is that civil war onset is a function of structural factors that facilitate insurgency, a technology that can be deployed to serve all kinds of political ends (Fearon and Laitin 2003, 75)⁴⁶. We show that insurgency (“guerrilla” or “irregular war”) is neither the only technology available to rebels nor is it as time invariant as assumed. In addition to irregular warfare, we identify two overlooked technologies of rebellion: conventional warfare and symmetric non-conventional (SNC) warfare. Although insurgency is an instance of asymmetric warfare, conventional and SNC wars are both forms of symmetric warfare — the former militarily more sophisticated than the latter.” (Kalyvas & Balcells, 2010, p. 415)

Contrariamente ao pensamento comum, nem todas as Guerras Civis são insurgências, e, via de regra, a forma geralmente associada à Guerra Civil vem acompanhada de imagens do Vietnã ou da Guerra Civil Espanhola. É preciso desagregar as Guerras Civis em diferentes sub-tipologias, comparando os recursos (*technologies*⁴⁷) das partes em conflito, e utilizando a tipologia (Kalyvas, 2006; Kalyvas & Balcells, 2010; Lockyer, 2008) localizar cada tipo de conflito, ou momento do conflito em uma Guerra Civil:

Figura 4 – *Technologies of Rebellion* em uma Guerra Civil (Kalyvas & Balcells, 2010, p. 418):

46 Citação no original.

47 Conceitualizadas como a combinação das tecnologias militares das partes em conflito (Kalyvas & Balcells, 2010, p. 418).

TABLE 1. Technologies of Rebellion in Civil War

		Military Technologies of the State	
		High	Low
Military Technologies of the Rebels	High	Conventional	[Successful military coup]
	Low	Irregular	Symmetric nonconventional

A guerra civil convencional tem lugar quando as tecnologias militares do incumbente e do insurgente são equiparadas em um nível alto, a guerra civil irregular emerge quando os insurgentes são tecnologicamente defasados em relação ao incumbentes, o conflito simétrico não-convencional (SNC) ocorre quando ambos tem capacidades limitadas, e finalmente, quando existe assimetria tecnológica que favorece os rebeldes, o resultado geral é um golpe de estado bem sucedido em que a insurgência derruba o incumbente.

A Guerra Civil convencional emerge quando os rebeldes apresentam paridade de tecnologia vis-à-vis os incumbentes, geralmente representada pela presença de equipamento militar pesado (nomeadamente artilharia de campo e veículos blindados, mas também helicópteros, aviões e outros equipamentos que não SALWs⁴⁸). Nesse tipo de tecnologia de rebelião, a confrontação é direta, com linhas de combate bem definidas, envolvendo, em muitos casos, características da guerra “clássica”, tais como entrenchamento e tomada de pontos vitais, entre outros – com identificação clara daquilo que são ações ofensivas de ações defensivas⁴⁹ – constituindo aquilo que é geralmente conhecido como *positional warfare* (Lockyer, 2008; Luttwak, 2001; van Creveld, 2008; Wright, 1967). Os casos clássicos de guerra civil convencional são a Guerra Civil Americana (1861 até 1865) e a Guerra Civil Espanhola (1936 até 1939), mas vários outros conflitos

48 SALW – *Small Arms and Light Weapons*: segundo os instrumentos relevantes das Nações Unidas, e nomeadamente o *United Nations Conference on the Illicit Trade in Small Arms and Light Weapons in All Its Aspects* definem SALW como qualquer armamento letal e portátil que seja lance ou dispare, seja projetado para lançar ou disparar ou possa ser imediatamente modificado para lançar ou disparar um tiro, munições ou qualquer outro tipo de projétil por ação de explosivo.

49 Em termos táticos, uma vez que no nível político e estratégico, temos o problema já previamente discutido do *offence-defence balance*.

podem ser considerados como parte desta tipologia, durante toda a sua duração ou em períodos específicos do seu decurso, como é o caso da Nigéria (1967 até 1970) e Jugoslávia (1992 até 1995), onde houve a presença de blindados, artilharia e o estabelecimento de trincheiras.

A guerrilha, ou guerra irregular é um tipo de tecnologia onde os rebeldes privilegiam a operação em pequenos grupos, levemente armados e operando com táticas de *hit-and-run* principalmente no interior rural (Fearon & Laitin, 2003, p. 75), exprimindo assimetria⁵⁰ entre as partes. Enquanto os rebeldes conseguem desafiar o Estado nas margens, não conseguem enfrenta-lo de forma frontal. Em outras palavras, a disparidade de poder é grande o suficiente para fazer com que a única opção dos insurgentes seja encarar o incumbente de maneira assimétrica, uma vez que a capacidade estatal de responder a uma ofensiva direta tradicional é predominante (Kalyvas, 2006; Kalyvas & Balcells, 2010; Luttwak, 2001; van Creveld, 2008; van Evera, 1999). Os conflitos no Brasil (1967 até 1975), Irlanda do Norte (1967 até 1999), El Salvador (1979 até 1992), Sri Lanka (1983 até 2009), Chechênia (1991 até 1997 e 1999 até 2000), Nepal (1996 até 2006) e Líbia (2011), são apenas alguns exemplos de assimetria e insurgência. Via de regra, e seguindo as prescrições dos manuais escritos por Guevara, Mao, Marighella e Nguyen Giap, os insurgentes escondem-se em áreas rurais, que eventualmente conseguem controlar e utilizam-se de táticas baseadas no elemento surpresa. Geralmente, atuam intercalando longos períodos de conflito de baixa intensidade, porém desgastantes com ofensivas pontuais de alta intensidade⁵¹. Na prática, a maioria das insurgências procuram empenhar uma campanha militar baseada no atrito⁵².

Há, entretanto, após as guerras de descolonização na África, o aparecimento de um tipo de conflito em que as capacidades do incumbente e do insurgente são baixas e simétricas: ambas as partes utilizam-se de táticas de guerrilha, equipamentos condizentes (especialmente *SALW*), com institucionalização mínima. Quando o incumbente (que, por definição deveria ter mais capacidades que o insurgente) não consegue responder de forma superior, não há assimetria, criando o que muitas vezes é chamado de *primitive warfare* ou

50 A assimetria reflete-se, *in extremis*, pela total ausência (ou supressão imediata) do desafio militar.

51 Um exemplo é a Ofensiva do Tet, no Vietnã, em 1968.

52 O atrito na guerra é explicado no capítulo quarto da obra de Clausewitz (1993), mas também em Luttwak (2001).

de conflito pré-moderno⁵³ (Kaldor, 2007; Kalyvas, 2009). Anteriormente descritas (incorretamente) como guerrilhas (Derriennic, 2001; Kaldor, 2007; Kalyvas, 2006; Lockyer, 2008; Wright, 1967), o conflito SNC tende a aparecer em contexto de Estados muito fracos ou recém colapsados⁵⁴. Como ilustram Kalyvas e Balcells (2010, p. 419)⁵⁵:

Consider the civil war in Congo-Brazzaville (1993–97): the elections that followed the end of the single-party, Soviet-type regime produced inconclusive and contested results. The military effectively collapsed in 1992 and party militias (with names such as Ninjas, Cobras, Zoulous, etc.) assumed control of distinct areas of the capital city that were clearly delineated by checkpoints (called bouchons). Even the president of the country relied on two militias alongside the scattered remnants of the old national army. By 1997, the armed actors involved in this conflict included the leftovers of the old military, a new but very weak military, several militias with unclear chains of command, foreign mercenaries, the remnants of former president Mobutu’s presidential guard from neighboring Zaire, elements of the Rwandan Interhamwe, and Angolan soldiers. The fighting was conducted primarily with small arms (Yengo 2006). Likewise, the United Nations described the conflict in Somalia as a situation where “armed clashes tended to take the form of wild, chaotic exchanges of fire, featuring front-lines which could shift fifty or one hundred kilometers in a day as lines of defense disintegrated and regrouped. Supply lines were ad hoc to nonexistent, relying mostly on looting” (United Nations Development Office for Somalia 1998, 75).

Finalmente, o ultimo e menos relevante para este modelo é a situação que decorre de uma assimetria favorável aos insurgentes. Quando dispõem de capacidades superiores ao incumbente, os rebeldes são facilmente capazes de sobressair-se, e através de

53 Para uma visão alternativa sobre a “modernização” dos conflitos e das novas guerras ver Newman (2004a, 2004b).

54 Situações em que o Estado pré-existente colapsa (*state shattering*): nomeadamente no seguimento dos processos de descolonização na África e nos Estados da Comunidade Estados Independentes e satélites soviéticos após a queda da União Soviética.

55 Citações no original.

estratégias mais ou menos lineares⁵⁶, conseguem empreender um Golpe de Estado bem sucedido, destituindo o regime corrente, e assumindo o poder. Conversamente à outra situação de assimetria (a insurgência ou guerrilha), o incumbente não pode esconder-se na zona rural ou utilizar-se do elemento surpresa, e constitui sempre um alvo facilmente localizável. O golpe de estado geralmente é conduzido por elementos das forças militares do próprio Estado, como foi o caso da Revolução dos Cravos (1974), Brasil (1964), Argentina (1955), Egito (1981) e Chile (1973). Na prática, é muito difícil que outro grupo que não as próprias forças militares do Estado consigam, no *outset* do conflito, criar uma situação de assimetria em seu favor⁵⁷.

Portanto, definimos as *scope conditions* do modelo teórico, ou seja, assumimos que o modelo funciona em casos onde há algum nível de Anarquia no sub-sistema em questão (em analogia ao sistema internacional). Aqui, a violência tem que ser usada com fins políticos, ou seja, não se trata de terrorismo ou de banditismo *per se*, mas sim de uma tentativa de obter controle sobre o Estado ou parte dele, desafiando o regime vigente. Também assumimos que, enquanto esta exploração deve aplicar-se em qualquer categoria de tipologia de *technology of rebellion*, situações de descolonização abrupta ou de *state shattering* são potencialmente (e a partida) melhor explicadas pelo modelo. Por último, verificamos que o modelo é mais robusto quando se trata de situações em que a distribuição de capacidades é paritária – decorre de ser elemento constitutivo da Anarquia no sistema – como no caso das tipologias de *SNC* e de Guerra Civil Regular. Nestes dois casos, é coerente fazer uma analogia aos *like units* da Teoria Neorrealista de Relações Internacionais (Waltz, 1959, 1979).

O modelo será estruturado em torno de quatro perguntas ou testes a que o caso de estudo será submetido, com o objetivo de testar sua plausibilidade. Os quatro testes

56 Como pode ser verificado no livro *“Coup d’État: a practical handbook”* por Edward N. Luttwak (1979), que argumenta (e demonstra) a facilidade de empreender um golpe de estado, desde que preenchem-se algumas condições.

57 A situação é conceitualmente e analiticamente concebível, e preenche os requisitos de coerência interna do quadro de análise proposto (2010), no entanto, é difícil nomear uma situação onde tal tenha acontecido ou mesmo realizar uma situação hipotética em que tal possa acontecer. Em todo o caso, este pormenor não afeta o valor explicativo das *Technologies of Rebellion* nem sua utilidade como parte do modelo a ser desenvolvido neste trabalho.

pretendem delinear um contínuo entre a Teoria de Relações Internacionais e a literatura sobre Guerras Civis, incorporando à análise quatro elementos fundamentais: a) a Anarquia; b) a institucionalização do Estado; c) a balança entre o comportamento ofensivo e o comportamento defensivo e; d) o efeito das *Technologies of Rebellion*.

A Anarquia importa? A Anarquia é o elemento articulador e o ponto de partida comum das duas literaturas. Enquanto a Teoria Neorrealista de Relações Internacionais assume a Anarquia como sendo o fator estruturante de toda a sua argumentação (Booth & Wheeler, 2007; Mearsheimer, 2007; Waltz, 1979), a literatura de guerras civis não faz o mesmo, de forma direta (Kalyvas, 2009). A falência crônica ou o fim do Estado num determinado território por processo de descolonização ou de *state shattering* é fator causador de Anarquia no subsistema? Seguindo o argumento sobre o exercício da *condição de Estado* proposta por Holsti (1996), mas também por outros autores (Chojnacki, 2006; Horowitz, 1985; Newman, 2009; Rice, 1988), a presença de um quadro de Guerra de Terceiro Tipo (*WTK*) é um forte indicador da ausência do *rule of law* ou do monopólio do uso da violência. Os dois corpos teóricos utilizam-se de um mesmo fator estruturante, que permite articular as dinâmicas, do caso geral (o conflito) para o específico (as guerras civis).

Como primeiro teste deste modelo, teremos a seguinte pergunta: A ausência do Estado ou de um agente capaz de centralizar o poder constituindo hierarquia causa ou permite conflito?

O segundo teste refere-se a questão da (*des*)institucionalização do Estado e do papel da sua relação com o uso da violência. A ocorrência de Anarquia no subsistema do conflito intraestatal depende da dissolução do Estado ou do seu enfraquecimento. Quando falamos de um Estado considerado forte, a Hierarquia e o monopólio do uso da violência por parte do aparato de segurança tem lugar. Enquanto no primeiro teste a ideia é perceber se há permissibilidade e incentivos para o aparecimento do conflito, o segundo teste pretende avaliar o processo pelo qual a Anarquia é gerada. *A priori*, os casos evidentes de *state shattering* que levam à condição anárquica são os presentes no fim dos processos de

descolonização e dissolução imperial⁵⁸ (Holsti, 1996; Kalyvas, 2006; Newman, 2009), mas a insurgência também leva ao enfraquecimento gradual do Estado e o fim do monopólio do uso da violência no território. Isto é, embora potencialmente haja diferenças nos processos que levam à Anarquia – e as implicações destas diferenças é material para outro estudo – o que interessa para este modelo é que o processo de fim do Estado ou enfraquecimento do Estado gera, para os atores do subsistema, um efeito análogo ao da Anarquia no sistema internacional⁵⁹. O caso de Angola, como argumentarei a seguir, representa uma instância de *state shattering*, mas outras aplicações mais sistemáticas do modelo investigariam a validade desta proposição.

Respondidas as duas perguntas iniciais, é relevante saber que tipos de comportamento por parte dos atores do subsistema decorre da Anarquia. Novamente recorrendo à literatura consolidada de Teoria de Relações Internacionais, ao debate entre Realismo Ofensivo e Defensivo e ao *Offence-Defence Balance*, vamos avaliar que tipo de comportamento ou processo a Anarquia gera, como condição para a existência de conflito com fins políticos na Guerra Civil. Numa guerra civil, os atores buscam hegemonia ou buscam meramente sobrevivência? A distribuição do poder, as dinâmicas de combate e as tensões políticas em curso recomendam medidas defensivas ou ofensivas por parte dos atores no sistema?

O terceiro teste, então, consiste em verificar se, de acordo com a prescrição da *ODB*: a) o comportamento ofensivo será preferível?; b) o comportamento defensivo será preferível? Quais são os incentivos para um e para o outro considerando a tipologia de conflito em questão?

Por último, é coerente verificar o efeito da Anarquia *vis-à-vis* a paridade de forças entre os atores, e a relação disso com a forma como se conduz o uso da violência. Kalyvas

58 A dissolução imperial é um termo genérico, mas que capta o evento de fim do império (enquanto conceito, não enquanto instituição *per se*) e o aparecimento de um ou mais atores como fruto da dissolução. Este termo aplica-se para eventos variados, como as descolonizações africanas, o fim das dinastias europeias e a formação do Estado moderno ou o fim da União Soviética e a formação da Comunidade dos Estados Independentes, por exemplo (Newman, 2009).

59 Uma pergunta subsequente, apropriada para um trabalho de escopo mais alargado, é tentar verificar qual é o nível de institucionalização mínimo que transforma um grupo político dentro de um Estado em um ator propriamente dito.

(2006), Lockyer (2008) e Kalyvas e Balcells (2010) demonstram como a paridade de capacidades materiais afeta o conflito, mas esta pergunta pretende perceber como a variável relacional “institucionalização-Anarquia” intervém no processo: o processo de *state shattering*, *ceteris paribus*, conduz a uma simetria entre as capacidades dos atores e um consequente processo de agudização da falência institucional no território, levando a uma guerra civil do tipo *simétrico não-convencional*. Este processo retroativo, é caracterizado pela interação entre as dinâmicas circunscritas por dois processos complementares e simultâneos.

O primeiro é a desinstitucionalização decorrente do processo de *state shattering* ou da deterioração da condição de Estado, que por sua vez incentiva o aparecimento ou fortalecimento de grupos politicamente organizados capazes de mobilizar o uso da violência como instrumento político, numa Guerra do Terceiro Tipo (Holsti, 1996). O segundo é a escalada da violência entre os atores em conflito, motivada pela incerteza. A escalada da violência, no entanto, não pode ser suportada por uma sociedade organizada que sustenta o esforço de guerra (Townshend, 2005) e acaba por só ser possível com o uso de *warfare* de baixa tecnologia e de baixa intensidade. O resultado é a tendência dos conflitos caminharem para aquilo que poderia ser caracterizado como Guerra Simétrica Não-Convencional de Terceiro Tipo: uma combinação, portanto, das duas dinâmicas.

O quarto teste do modelo será, então, perguntar se dada uma situação de Anarquia decorrente de fraqueza estatal ou *shattering*, o comportamento dos atores conduz a uma Guerra de Terceiro Tipo marcada pela paridade de capacidades materiais em um nível pouco tecnológico (SNC)?

No capítulo seguinte, o modelo será contraposto ao caso da Guerra Civil iniciada em Angola após a descolonização em 1975 e ao longo da sua duração, até a morte de Jonas Savimbi, em 2002. O objetivo será testar sua plausibilidade e realizar uma avaliação preliminar de suas eventuais qualidades e fraquezas, em caráter exploratório.

Capítulo 5: A Guerra Civil de Angola como *Plausibility Probe*

A 25 de Abril de 1974, ocorreu em Lisboa, o evento que passou a ser posteriormente conhecido como a Revolução dos Cravos, um golpe de estado levado a cabo por um grupo de militares, com o objetivo de sublevar o regime autoritário salazarista do Estado Novo em Portugal. Já no dia 27 de Julho do ano seguinte, 1975, o novo governo anunciou que todas as colônias portuguesas seriam intituladas à independência total, e em 11 de Novembro, o Governador-Geral de Angola declara como efetiva a transferência de soberania, do então estabelecimento ultramarino Português para o “Povo Angolano”, assim evitando constituir uma associação com qualquer elemento dos grupos políticos que viriam a disputar o espólio estatal. Estes grupos, desde os anos 60, vinham combatendo o regime através de uma guerra de independência prolongada e custosa, a então chamada Guerra do Ultramar, posteriormente Guerra Colonial, ela própria causadora da Revolução dos Cravos (Kornprobst, 2002; Pollack & Taylor, 1983; Porch, 1977).

Desde os anos 60, os grupos políticos que conduziram o processo de insurgência na Guerra Colonial – nomeadamente, o Movimento para a Libertação de Angola (MPLA), a Frente Nacional para a Libertação de Angola (FNLA) e a União para a Independência Total de Angola (UNITA) – já exibiam um comportamento competitivo, mesmo que secundário, em meio ao esforço para obter independência do Governo Central em Lisboa e suas instituições representantes no então território colonial, antecipando um cenário de rivalidade política e instabilidade no momento pós-colonial. O golpe em Lisboa, entretanto, acelerou o processo político e militar de competição entre as partes: com a saída iminente do governo Português, a principal motivação e preocupação politico-estratégica destes grupos políticos deixou de ser a independência e a luta anticolonial, e passou a ser a competição pelo controle do “novo” aparato estatal em Angola (George, 2005; Kornprobst, 2002; Robinson, 2003).

Com as múltiplas declarações de independência que marcaram o início da Guerra Civil em Angola, crescente desde 1974 e estabelecida em 1975, os três movimentos políticos principais em Angola eram o MPLA, o FNLA e a UNITA. Desde 1961, os dois primeiros grupos

lutavam contra as forças coloniais portuguesas, e eventualmente, um ao outro. Em 1965, uma cisão na FNLA leva à criação da UNITA por Jonas Savimbi. Vários elementos contribuíram para fazer com que as diferenças entre as lideranças dos grupos políticos fossem irreconciliáveis⁶⁰: ideologias políticas internas e externas (ligadas aos seus apoiantes externos, inseridos na dinâmica da Guerra Fria), os egos de suas lideranças e uma questão de fundo étnica. Estas clivagens determinaram a luta política pelo poder e pela sucessão no controle do aparato estatal, conduzindo à guerra civil.

A intervenção externa foi mais um fator complicador do conflito em Angola. Seu caráter complexo, fluído e algumas vezes contraditório fazia com que fosse outro *spoiler* do processo político. Provavelmente, poucas outras guerras civis e mesmo outros eventos políticos do século XX tem o apoio de um grupo tão heterogêneo como no caso de Angola. O MPLA recebeu apoio da União Soviética, Cuba, Alemanha Oriental (*DDR*), Argélia e Guiné Equatorial, bem como de outros países do bloco socialista do leste europeu. A FNLA e a UNITA receberam o apoio de países tão variados como os Estados Unidos, a África do Sul, China, Romênia, Coreia do Norte, França, Israel, Alemanha Ocidental (*BRD*), Senegal, Uganda, o então Zaire, Zâmbia, Marrocos e Tanzânia (Marcum, 1978). O fim do regime colonial português representou, em termos da política internacional, uma mudança na maneira como estes atores percebiam sua ajuda aos grupos políticos em Angola. Tendo os beligerantes recebido alguma ajuda externa na sua luta contra Portugal, a Revolução dos Cravos transformou o processo suporte em uma questão de política internacional (enquadrada nas estratégias da Guerra Fria): Moscou e Havana ajudavam o MPLA a resistir à “iniciativa neocolonial” representada pelos seus oponentes, enquanto a FNLA e a UNITA recebiam ajuda para evitar a “ameaça comunista” (Guimarães, 1998; Lockyer, 2008).

Lockyer (2008, pp. 132–133, 2011) nota que a historiografia do conflito permite perceber que os interesses dos beligerantes em Angola foram sempre constantes, e ligados

60 Como muitas guerras civis, e especialmente nos conflitos africanos, o caso de Angola combina clivagens políticas, étnicas, e sociais, de forma a criar ambientes políticos irreconciliáveis (Berdal & Malone, 2000; Walter, 2003). O choque entre a base socialista do MPLA e a matriz ocidental da UNITA, da maioria étnica Ambundu no MPLA e da maioria Ovimbundu na UNITA, assim como de uma pretensa “luta de classes” que contrapunha o modelo soviético socialista bolchevique de sociedades urbanas industriais (MPLA) com o modelo ocidental de sociedades rurais agroexportadoras capitalistas (UNITA), entre outros, leva ao estabelecimento de um conjunto complexo de embates políticos de difícil resolução por via de acordos pacíficos (Lockyer, 2008, p. 132).

a capacidade de controlar o resultado do processo de descolonização, herdando o papel de incumbente legítimo de Portugal, exercendo poder (em termos definidos por eles mesmos) sobre o território da então colônia. Tanto na Casa Branca quanto no Kremlin, a percepção fora a de que o motivo do conflito era, legitimamente ideológico – uma percepção que Jonas Savimbi, Agostinho Neto⁶¹ e Holden Roberto⁶² estiveram muito interessados em cultivar e manter.

A partir de Novembro de 1974, um ano antes da independência formal anunciada pelo representante português em Angola, a violência entre os beligerantes irrompe. Inicialmente centrada em Luanda, capital política e econômica da colônia e posteriormente do país, que serviu de reduto seguro para o MPLA. Após o estabelecimento de um cessar-fogo acertado entre as forças portuguesas e os beligerantes na cidade⁶³, a FNLA aproveitou para estabelecer também suas instalações na capital. Quase imediatamente, as milícias ligadas a um e outro grupo político entraram em choque, com a violência urbana crescendo rapidamente, no que seria o início da Guerra Civil em Angola. Em março de 1975, mais de 20 mil pessoas já haviam perdido suas vidas em função da violência irregular urbana em Luanda. A UNITA, que no momento era (e percebia-se como) militarmente mais fraca, manteve suas posições no interior da porção austral do país, sem se desgastar no combate pela capital (Guimarães, 1998; Lockyer, 2008).

Fora da capital, o território seria “dividido”: o MPLA controlava a região costeira, incluindo a província de Cabinda, com algumas porções do interior; a FNLA controlava o norte do país e a UNITA estava concentrada no centro e no sudeste de Angola. Numa fase inicial o conflito estava contido fora das cidades (especialmente Luanda), na medida em que havia uma separação nas regiões de “autoridade” de cada grupo político. Qualquer ação militar no interior era geralmente caracterizada por uma baixa intensidade e densidade de forças, que resultavam em trocas de tiros esporádicas entre pequenas unidades milicianas mal armadas e inexperientes, mantida uma calma relativa na zona rural (Lockyer, 2011, p. 14).

61 Agostinho Neto foi o líder histórico do MPLA.

62 Holden Roberto foi o líder da FNLA, da sua criação até a sua extinção.

63 Objetivando retirar as forças portuguesas do país de forma ordeira e pacífica.

No início da Guerra Civil, o MPLA tinha a volta de 1500 combatentes à disposição, mas esse número cresceu para seis mil até Janeiro de 1975. Em sua maioria estavam concentrados em Luanda, controlando a cidade e sujeitas a um controle político mais assertivo do corpo diretivo do grupo político. A FNLA, por exemplo, em 1975 contava com uma força de dez mil homens, mas estes estavam descentralizado em todo o interior rural do país. A UNITA, com a menor força, dispunha de cerca de dois mil homens, pelo que evitou o conflito direto e um comportamento ofensivo, mantendo-se defensivamente colocada no sul enquanto MPLA e FNLA lutavam (George, 2005). A qualidade destas tropas era mínima: enquanto os comandantes tinham anos de experiência na guerrilha contra a ocupação colonial portuguesa, a maioria dos combatentes em patentes mais baixas eram jovens que vinham diretamente das escolas para o campo de batalha, sem receber qualquer tipo de preparação. As forças também não podiam contar com equipamentos suficientes ou de qualidade. Geralmente, nenhum dos beligerantes dispunha de armas pesadas ou veículos blindados, e mesmo a maioria de suas armas leves (*SALW*) eram de baixa qualidade. O acesso à munição também era restrito. Portanto, podemos argumentar que, no *outset* do conflito, havia uma certa paridade de capacidades (pelo menos entre a FNLA e o MPLA) e que a qualidade das capacidades militares era baixa. Inicialmente, o conflito era simétrico não-convencional (*SNC*).

Neste contexto, as forças do MPLA, da UNITA e da FNLA iniciam um conflito que deixa de ser contra o colonizador e passa a ser entre os grupos políticos beligerantes, de modo a definir quem será o detentor do poder político no país. Agostinho Neto, primeiro presidente da recém declarada República Democrática de Angola tomou o poder para o MPLA na capital, Luanda (que no momento da independência era área de influência deste grupo)⁶⁴, mas teve essa liderança constantemente desafiada pelos demais grupos. Em diversos locais do interior do país, esses grupos de oposição exerciam a autoridade pública, controlando território e as milícias constantemente envolviam-se em disputas militares pelo poder político (Jett, 2000, pp. 1–3).

64 Luttwak (1979) argumenta que numa situação de Guerra Civil ou de Golpe de Estado, existe uma propensão para que o grupo engajado que controle a capital controle a maior parte dos recursos e infraestrutura nacionais, principalmente os relativos ao exercício do poder estatal.

Nesta altura, o principal objetivo militar dos beligerantes estabelecer pontos fortes nas principais cidades e erradicar a influência dos rivais nelas, nomeadamente na capital, Luanda. A questão de fundo, novamente, é a levantada por Luttwak (1979) e outros: a crença de que, controlando a capital e as principais cidades, é mais fácil manter influência e poder sobre todo o território, além de, supostamente, ter mais legitimidade para reclamar o título legítimo à soberania no momento de independência formal do território. Com este objetivo, os beligerantes utilizavam-se de métodos violentos muito equânimes em suas tentativas de obter poder:

“The fighting in Luanda was disorganized, opportunistic and brutal. The respective belligerents distributed rifles and grenades freely among their supporters – including to teenage boys – which resulted in running street battles between the rival sides. During these early days of the civil war, a common method of attack involved carloads of gunmen speeding past opponents and spraying them with bullets and throwing grenades.” (Lockyer, 2011, pp. 16–17)

Frequentemente, a Guerra Irregular é descrita como “criminosa, despolitizada, privada e predatória”, e em Angola, não foi diferente. Por exemplo, a descrição típica das forças portuguesas sobre a violência no país envolvia a ideia de criminalidade e banditismo, e de causadores de desordem agindo em nome dos movimentos de libertação (Marcum, 1978, p. 259).

A partir da segunda metade de 1975, a situação estratégica começaria a mudar consideravelmente. Já em Agosto, o MPLA tinha controle sobre a capital e emerge como o maior e mais capaz beligerante no cenário, enquanto a FNLA tinha concentrado suas forças ao norte de Luanda, e tinha acertado uma aliança de conveniência⁶⁵ com a UNITA, que por sua vez estava distribuída em vários pontos ao no centro e sul do país.

65 Um exemplo de como elementos da Teoria de Relações Internacionais, tais como a Balança de Poder, a dinâmica de alianças e o *bandwagoning* podem ocorrer entre *like units* num conflito civil.

Em outubro de 1975 uma inflexão ocorre: as tropas cubanas, zairenses e sul-africanas lutam lado a lado de seus aliados (MPLA, FNLA e UNITA, respectivamente), assim como há um incremento significativo no recebimento de ajuda financeira e bélica do exterior (Gleijeses, 2002; Lockyer, 2011; Marcum, 1978). No início da Guerra Civil, as incipientes capacidades dos beligerantes levaram as potências internacionais a acreditarem que o custo de intervir em Angola seria reduzido, mas uma vez envolvidos, perceberam que havia uma dinâmica de escalação do seu esforço, para contrabalançarem-se entre si, o que acabou por alterar o percurso da intervenção até então (Gleijeses, 2002; Lockyer, 2008, 2011).

A maneira como a violência foi utilizada alterou-se substancialmente, com a entrada de recursos materiais e humanos exógenos. De outubro em diante, a guerra civil em Angola começava a ver colunas de caminhões para o transporte de tropas, apoiados por veículos blindados e artilharia. Enquanto as capacidades militares eram mínimas, os beligerantes não conseguiriam explorar as fraquezas dos seus rivais (George, 2005, p. 72). Um exemplo de como a mudança na forma de combater tem efeitos drásticos para os resultados nos conflitos podem ser vistos na batalha de Quifangondo:

“Particularly devastating were the Soviet-supplied 122-mm ‘Stalin Organs’ rocket launchers. Reportedly, in only minutes, these weapons fired two thousand rockets onto the massed FNLA troops filling the Quifangondo Valley with sharp splinters of shrapnel and thunder clap-sounding explosions, which quickly turned the FNLA army into a disorganized and retreating mob. Roberto’s troops fled in disorder, abandoning weapons, vehicles, and wounded comrades, never again to pose a serious challenge to the MPLA. John Stockwell concluded that the Russian supplied rocket launchers ‘as much as any one thing, eventually decided the outcome of the civil war in Angola.’” (Lockyer, 2011, p. 22)

Houve aqui, uma mudança clara do *warfare* de baixa tecnologia (neste caso *simétrico não-convencional*) para o convencional, de acordo com o quadro de tipologias de *warfare* elucidado por Lockyer (2008, 2011) e Kalyvas e Balcells (2010). Com a eventual entrada de

know-how e meios que não estavam imediatamente disponíveis para os beligerantes, e que foram fornecidos por agentes externos, a disponibilidade de capacidades militares cresceu igualmente entre todos os atores, mantendo a paridade, variando de *simétrico não-convencional* (SNC) para convencional (Lockyer, 2011, p. 23).

A partir de 1976, a situação começa a mudar outra vez. O MPLA vê uma redução drástica na ajuda externa que recebe, e a FNLA e a UNITA deixam de receber qualquer assistência significativa. A derrota incontestável da FNLA na batalha de Quifangondo levou a sua retirada e eventual desmantelamento, deixando de ser um beligerante ativo, e mesmo virtualmente “desaparecendo” como grupo político. A UNITA, por sua vez, retraiu-se para o interior do país, e vendo suas capacidades reduzidas, teve que alterar suas táticas: motivada pela crescente disparidade bélica entre inicia uma campanha de guerrilha, baseada na porção central do interior do país, sua base histórica – territorial e étnica. Desta forma, valia-se do apoio da população local, e beneficiava-se da distância de Luanda⁶⁶ para continuar sua luta contra o MPLA, ainda que em inferioridade de meios. Efetivamente, em abril de 1976, o MPLA toma N’Giva⁶⁷, que era a última província não controlada, obrigando a UNITA (que já tinha deixado seu *stronghold* histórico em Huambo anteriormente) a restringir-se ao cerrado à oeste do país. Já no início de 1976, Jonas Savimbi reconheceu que, após a evacuação das forças Sul Africanas e o corte das ajudas externas, o período de guerra convencional teria se encerrado, e que, “*it was not possible for us to continue because we were not being given the right kind of arms, and even if we did begin to get them we did not have enough people trained to use them effectively [... so I gave] the order to our people to disperse into the bush so that we [could] save men and arms*” (Lockyer, 2011, pp. 25–26).

Consistentemente, as operações tomaram uma forma essencialmente diferente. Enquanto a UNITA passou a agir quase de forma quase criminosa – evitando o contato com

66 Luttwak (1979, 2001) e Wright (1967), entre outros, apontam para a importância do apoio da população local, do distanciamento dos centros políticos de poder e da instalação em zonas rurais pouco habitadas para o sucesso das guerrilhas tradicionais. Essencialmente, o argumento central é o de que a autoridade do Estado (especialmente se ele é fraco), diminui exponencialmente conforme sua distância para os centros de poder político, nomeadamente as capitais. Uma situação variante é a das guerrilhas urbanas, que estão geralmente associadas a um estado fraco e à tipologia *simétrica não-convencional*.

67 Atual Vila Pereira d’ Eça, capital da província de Ondjiva (N’Giva), porção sul do território angolano, contíguo à fronteira com a Namíbia.

forças do MPLA e atacando sua base econômica, através de saques, sabotagem, assassinatos e outras ações pontuais que pretendiam perturbar suas atividades econômicas, tais como na ferrovia de Benguela⁶⁸ e em instalações petrolíferas em Cabinda e mesmo em Luanda. O MPLA, conversamente, começou a tratar a UNITA como um problema de banditismo, e passou a realizar grandes ações de “busca-e-eliminação”⁶⁹ em que grandes contingentes passavam pelas vilas procurando forças, recursos ou simpatizantes da UNITA. Além disso, o MPLA adotou uma conduta defensiva *vis-à-vis* suas posições-chaves, para evitar as ações de sabotagem. Todas as dezessete capitais provinciais do país e a maioria das instalações da infraestrutura-chave do país passaram a ser defendidas de forma substancial: Luanda, Huambo e Lubango, por exemplo, tinham cerca de cinco mil soldados (entre angolanos e cubanos) equipados com carros de combate, artilharia de campanha, radares e artilharia antiaérea (George, 2005; Kornprobst, 2002; Lockyer, 2011).

Tendo delineado a evolução do processo com que se descreveu o uso da violência na porção mais dinâmica da Guerra Civil em Angola (1974 a 1976), pode-se identificar os principais processos descritos na literatura de guerras civis, e fazer analogias com os processos indicados na literatura de Teoria de Relações Internacionais. De acordo com a discussão realizada no capítulo anterior, e procedendo o teste de plausibilidade do modelo teórico de análise, submeteremos o caso da Guerra Civil de Angola, entre 1974 e 1976.

Novamente, a análise será centrada em quatro elementos fundamentais: a) a Anarquia; b) a institucionalização do Estado; c) a balança entre o comportamento ofensivo e o comportamento defensivo e; d) o efeito das *Technologies of Rebellion*. Para cada um destes elementos, será realizado um teste que pretende avaliar o papel deste elemento para a construção de um contínuo entre a Teoria de Relações Internacionais e a literatura de Guerras Civis, aplicado a um caso na realidade. Os testes são complementares e escalares, ou seja, ao partir do mais simples para o mais complexo, cada pergunta tem a sua coerência interna, mas a soma das respostas oferecidas por elas oferecem uma imagem com valor acrescentado.

68 Ferrovia que ligava o interior, e nomeadamente a fronteira com o (então) Zaire com o porto de Benguela, e que permitia a exportação de recursos naturais do interior de Angola, mas também do próprio Zaire.

69 *Search-and-Destroy Operations*.

A única variável excluída do modelo no caso angolano é o processo pelo qual a Anarquia emerge (*state shattering* vs. falência do Estado), que por necessidade envolve um estudo comparativo com casos que correspondem a cada uma das possibilidades. Neste caso, a Anarquia emerge de um processo ideal-típico de saída da potência colonial, sem transição, reconhecimento ou sucessão pré-determinada. Desde os anos 60, o enfraquecimento da autoridade portuguesa no território, fruto do aparecimento de contendores, e a decorrente Guerra Colonial, começa a desafiar a hierarquia presente no subsistema: a eliminação do monopólio do uso da violência, ou de um nível de assimetria tão elevado que suprime a ação dos oponentes ou faz com que ela seja insignificante.

Mesmo antes da saída das forças portuguesas, em 1975, o papel da Revolução dos Cravos foi o de antecipar o futuro estado de anarquia total que seria estabelecido posteriormente, uma vez que não estava antecipada transição formal para um ou outro interlocutor considerado legítimo. Só a expectativa de um futuro anárquico foi suficiente para garantir que as partes acirrassem a sua competição. O indicador disto é que, grupos políticos que, apesar das suas divergências antes não enfrentavam-se, passam então a lutar entre si, motivados pela incerteza quanto às intenções uns dos outros e a busca por sua própria segurança.

Com a efetiva saída da autoridade portuguesa, a Anarquia no sistema fica consolidada. Tanto o MPLA, quanto a FNLA e a UNITA procuram ser reconhecidas como interlocutor legítimo e como herdeiro do Estado Angolano. Mobilizações e vitórias militares a parte, é só quando o MPLA consegue consolidar a sua autoridade e afirmar-se como grupo político vitorioso em Angola é que a situação muda de figura: a eliminação militar da FNLA e a circunscrição da UNITA a um movimento guerrilheiro criminoso faz com que a Anarquia seja substituída por um subsistema hierárquico. A guerra civil em Angola, nesse aspecto, não difere em substância das guerras de formação estatal na Europa do século XVI-XVII (Newman, 2004a, 2009; Townshend, 2005), e, em termos comparativos, resolvida de forma muito mais rápida e decisiva⁷⁰.

70 O argumento central da tese de doutoramento de Adam Lockyer (2008) é justamente o de que a intervenção externa afeta diretamente o resultado do conflito, na medida em que altera a paridade de forças,

Portanto, o caso de Angola sustenta o argumento do modelo, e demonstra que a ausência de uma Hierarquia ordenadora associada à necessidade por segurança, tal como nos mostra a literatura neorrealista, pode ser aplicada aos grupos políticos de um subsistema estatal, desde que esse subsistema seja formado por *like units*, não submetidos à hierarquia (como é o caso na presença do Estado forte), especialmente se estes tiverem alguma capacidade de mobilizar a violência *vis-à-vis* seus opositores – “*after all, for every neck, there are two hands to choke it*” (Mearsheimer, 2001). A Guerra Civil de Angola, a despeito das múltiplas variáveis envolvendo a política do conflito (Martin, 2011) foi principalmente motivada pela competição por segurança e poder num ambiente anárquico.

Tendo indicado que os atores no conflito angolano respondem à Anarquia buscando se afirmar como o único sucessor legítimo do Estado, resta saber se esta atitude ofensiva se enquadra na explicação oferecida nas seções anteriores. Em outras palavras, ela é fruto de motivações intrínsecas por poder ou da combinação entre a Anarquia e uma distribuição específica de capacidades e elementos da *offence-defence balance*.

Embora sejam várias as descrições sobre a personalidade irreduzível de Jonas Savimbi – e o mesmo acontece com os demais líderes e tomadores de decisão nos corpos executivos dos grupos políticos – o que prevalece das leituras sistêmicas do conflito é o argumento do realismo estrutural. Enquanto o *animus dominandi* apresentado por Morgenthau (2005) ofereceria uma resposta simples para a Guerra Civil em Angola, o conjunto de incentivos sistêmicos frente a distribuição de capacidades materiais tem um poder explicativo mais alargado.

Como foi sugerido pela resposta das perguntas anteriores, a saída da autoridade colonial portuguesa leva a uma situação de indivisibilidade de objetivos, e aponta para um comportamento ofensivo: considerando que a luta entre as partes visava garantir controle sobre o aparato estatal e o reconhecimento como interlocutor legítimo internacional, não

e caso isso favoreça uma das partes, o resultado pode ser definitivo – tal qual no argumento sobre a importância do suprimento de lançadores de mísseis Katyuscha (*Stalin's Organs*) de fabricação soviética foi, por si só, significativo para alterar o balanço de forças e dar fim à oposição do FNLA na batalha de Quifangondo.

há forma de acomodar estes interesses (exceto pela secessão), como bem ilustram as palavras de Mugabe citadas no capítulo três deste trabalho. Nenhuma das partes estaria disposta a efetivamente assumir compromissos de divisão de poder sem garantias de segurança. Seguindo o realismo ofensivo de Mearsheimer (2001) e o *911 problem*, sob a condição de Anarquia, as partes são conduzidas a buscar hegemonia. Isto é igualmente importante e coerente nos casos de guerra civil: a única forma de ação pela qual as partes tem podem optar para sentirem-se efetivamente seguras é através da obtenção do controle do aparato estatal e do monopólio do uso da violência. No caso da Guerra Civil em Angola, os derrotados (FNLA e UNITA) não deixaram nunca de lutar pelo controle do Estado. O MPLA sempre esteve em melhores condições de reclamar o título de incumbente, uma vez que detinha controle da capital e dos recursos institucionais gerais, mas também dispunha de capacidades materiais mais substanciais.

Nas guerras civis, o argumento de Barbara Walter (1997, 2002, 2003, 2009) do *credible commitment*, se reconhecido pelas partes (intencionalmente ou *avant la lettre*) confirma a prevalência da atitude ofensiva: qualquer possibilidade de arranjo em que o poder não esteja concentrado nas mãos de um ator representa uma situação em que a existência deste ator está ameaçada, e portanto é um risco substancial de segurança. FNLA e UNITA lutaram contra o MPLA até o a sua extinção como elemento armado, ou seja, o comportamento ofensivo por parte dos três grupos levou a uma situação onde somente a vitória de uma das partes seria possível.

Finalmente, o caso Angolano é um rico caso de estudo para avaliar o papel das *Technologies of Rebellion*. Enquanto Lockyer (2008, 2011) traça um panorama da variação destas neste conflito, o aspecto que mais agrega a este modelo, na verdade, é entender a relação das mesmas com as dinâmicas descritas nas perguntas anteriores, nomeadamente com o panorama de “tragédia” do comportamento ofensivo motivado por incentivos sistêmicos e a incerteza gerada pelo efeito da Anarquia.

Enquanto no pré-1974 era fácil descrever a guerra em Angola como uma insurgência de grupos de guerrilheiros contra o Estado colonial, que encontra paralelo em tantos outros

casos de guerras civis, a partir da Revolução dos Cravos, o processo passa a ter uma dinâmica não tão linear. Como foi demonstrado anteriormente no estudo de caso, a saída abrupta da autoridade colonial transformou o movimento insurgente representado por MPLA, FNLA e UNITA em uma situação de guerra de terceiro tipo, simétrica não-convencional (*SNC*), que posteriormente com o início do suporte externo tornou-se uma guerra civil convencional entre as partes. Finalmente, o corte das ajudas num momento em que o MPLA tinha posição de vantagem *vis-à-vis* seus oponentes representou um retorno à insurgência.

No primeiro momento, durante a Guerra Colonial, a situação era de disparidade em favor do Estado (Portugal), que tinha capacidades muito mais significativas que os demais beligerantes. Com a saída deste ator, todos os beligerantes se veem numa situação em que tem capacidades muito baixas, mas em que a paridade entre as suas capacidades é grande. Estão portanto num ambiente *SNC*, consistente com a descrição em Kalvyas e Balcells (2010). Com a assistência externa, a qualidade das capacidades de todos os beligerantes aumentou, mantendo a paridade. A guerra civil ficou regularizada, e os episódios das batalhas de Quifangondo e Cuito Cuanavale (apelidada de *the African Stalingrad*) marcam um exemplo não muito comum (Holsti, 1996; Lockyer, 2011) de conflito simétrico e convencional em guerras civis. Com a derrota militar inquestionável da FNLA e a retirada da UNITA em inferioridade, ao mesmo tempo em que era cortada a ajuda externa, passa-se a ter uma clara vantagem de capacidades do lado do MPLA, afetando a paridade, e levando a UNITA a voltar-se para a insurgência.

O *insight* principal deste teste consiste em explicar que a razão pela qual o conflito consegue emergir de *SNC* para Convencional é justamente fruto de uma situação incomum: o comprometimento de alto nível de potências externas em financiar a melhoria das capacidades em larga medida, sem todavia, envolver-se diretamente no conflito. Conceitualmente, a tendência do conflito simétrico não-convencional é de se prolongar indefinidamente, como é, por exemplo, o caso da Somália: a incapacidade de qualquer uma das partes obter uma vitória sobre a outra, entretanto com um nível de institucionalização e capacidades materiais de mobilização da violência muito baixas. Posteriormente, quando do corte da assistência, foi justamente a situação favorável em que o MPLA esteve que

determinou que o futuro do conflito seria uma insurgência e não um conflito simétrico não-convencional (*SNC*). Até 1992, quando a UNITA oficialmente cessa a luta armada, o MPLA sempre esteve mais próximo à posição de incumbente, graças ao impulso recebido em decorrência do estado do conflito no momento em que a assistência foi cortada.

Em suma, o que este breve estudo de caso sugere é que o modelo apresentado é minimamente plausível e satisfaz as condições para um estudo mais aprofundado olhando sistematicamente para outros casos que apresentem valores diferentes nas variáveis explicativas relevantes. Outros casos, incluiriam por exemplo situações de falência gradual do estado (Somália), insurgência com o objetivo de secessão (Sudão), conflito de matriz étnica ou religiosa (Balcãs) e insurgências políticas e ideológicas (Vietname).

Capítulo 6: Conclusão

Nesta dissertação, procurei argumentar que existe um espaço de interseção entre dois corpos teóricos distintos, que focam-se em explicar dimensões distintas de um mesmo evento.

A violência com fins políticos, enquanto fenômeno amplo, pode acontecer dentro ou fora das fronteiras territoriais do Estado, e mesmo dentro e fora dessas fronteiras. A Teoria de Relações Internacionais, dedica-se a entender como o fenômeno da violência política ocorre entre Estados, e a literatura dedicada à violência intraestatal e as guerras civis analisa as dinâmicas internas de violência entre agentes confinados ao Estado ou, de uma maneira geral, sub-estatais.

Identifiquei na Anarquia um espaço de interseção teórica e prática entre os dois corpos teóricos, e considerando que é este o ponto central que define a mobilização da violência para fins políticos nas explicações oferecidas por ambos (Holsti, 1996; Waltz, 1959, 1979) deverá servir de elemento articulador em uma tentativa de alcançar um modelo de análise que tenta combinar os ensinamentos do Realismo Estrutural, defensivo e ofensivo, e com estado da arte no estudo racional da relação entre institucionalização, forma de fazer a guerra, uso da violência com fins políticos e dos processos de conflito.

Objetivando verificar a validade desta proposta, organizei um modelo baseado em testes simples baseados em perguntas referentes ao aparecimento de fenômenos ou dinâmicas de identificação relativamente simples, mantida a coerência interna e o valor explicativo complementar entre os diversos aspectos avaliados. Finalmente, conduzi um *plausibility probe*, submetendo o modelo de análise ao caso da Guerra Civil Angolana, de modo a demonstrar que a proposta é no mínimo, intelectualmente válida.

A parte substancial deste trabalho compreende quatro capítulos. Os dois primeiros dedicam-se a apresentar e discutir os elementos relevantes no estado da arte de cada um dos dois corpos teóricos utilizados, para subsidiar a produção de um modelo teórico de análise, que é o objeto do terceiro capítulo. No quarto capítulo, o teste de plausibilidade é

realizado em forma de um estudo de caso: utilizo o modelo proposto para analisar a situação em Angola após a descolonização, não com o objetivo de provar que o modelo oferece uma resposta necessariamente mais completa que outras leituras, mas que a proposta é plausível e válida, abrindo caminho para avançar esta agenda de pesquisa, caso bem sucedida.

Assim sendo, na introdução, como de praxe, apresentei o conteúdo e a motivação desta investigação, bem como delimito o espaço metodológico em que ela desenvolveu-se.

No capítulo segundo, apresentei o realismo enquanto corrente da Teoria de Relações Internacionais, focando-me em sua vertente estrutural. Como pedra fundamental do neorealismo, em oposição ao realismo clássico de Morgenthau (2005), as duas obras fundadoras de Kenneth N. Waltz (1959, 1979) são utilizadas para retomar os elementos fundamentais do realismo de uma maneira geral, e do papel da Anarquia e de agentes *like units* no Sistema Internacional. Em seguida, abordei a divisão entre realismo estrutural ofensivo e defensivo, baseando-me na obra de John J. Mearsheimer (2001) e John H. Herz (1950, 1951, 1962, 2003), e utilizando também a influência de Robert Jervis (1976, 1978) da literatura da Escola Inglesa sobre o Dilema de Segurança, nomeadamente em Booth e Wheeler (2007). Por último, apresentei brevemente o pensamento dos advogados da *offence-defence balance* (ODB), principalmente utilizando o trabalho de Stephen Van Evera (1998). Nesta sessão, fiz questão de demonstrar que, na literatura referida (e ao contrário do que geralmente é assumido), os autores raramente “excluem” as guerras civis do escopo teórico de suas leituras: assumem que o seu objeto principal de estudo é o conflito entre Estados, sem renegar o poder explicativo de suas teorias para outros tipos de violência política.

Tendo apresentado o corpo teórico mais tradicional, passei, no segundo capítulo, à discussão sobre a literatura que dedica-se às Guerras Civis, às dinâmicas da conflitualidade e à questão da institucionalização e da fraqueza do Estado. Inicialmente, apresentei algumas definições qualitativas de guerras civis, principalmente usando o trabalho de Jean-Pierre Derriennic (2001) e de Stathis N. Kalyvas (2009). Explorei também o conceito de Guerras do Terceiro Tipo (*WTK*) e algumas de suas consequências, com base em Holsti (1996). Fica

evidenciada a relação entre institucionalização e legitimidade (horizontal e vertical) num lado e a existência de conflito dentro das fronteiras de um estado, seja ela abarcando os propósitos diretos da guerra, o papel dos civis e a própria forma de fazer a guerra. A *Raison d'état* é substituída por toda uma sorte de elementos variáveis que motivam os grupos a lutarem, no também apresentado debate sobre *greed and grievance*. Segue-se também o incontornável debate acadêmico sobre as mutações na natureza da guerra, ou a discussão sobre as “novas guerras”: apresentei visões contrastantes de Newman (2004a, 2004b), Kaldor (2007) e Van Creveld (2008). Entremeando os ensinamentos de Derriennic (*Op. Cit.*) e Holsti (*Op. Cit.*) com o debate das “novas guerras”, acabei por favorecer a leitura de Edward Newman e Van Creveld, em detrimento da tese de Kaldor. Finalmente, abordei o conceito das dinâmicas de conflito e da racional que motiva os atores a decidirem pelo uso e a continuarem a usar a violência para obter um objetivo político em contexto de guerra intraestatal, apresentando os trabalhos de Barbara F. Walter (1997, 2002, 2009), Monica Duffy Toft (2009) entre outros⁷¹.

Em seguida, procurei articular as duas propostas teóricas em torno de elementos fundamentais comuns e fulcrais, permitindo perceber em que medida as proposições de cada uma das propostas teóricas são semelhantes (descrevem efeitos similares), convergentes (levam a consequências aproximadas) e complementares (a avaliação com base na combinação entre os dois elementos oferece uma explicação mais completa do fenômeno). Parto do princípio de que a Anarquia é o elemento central que permite e motiva o aparecimento do conflito, tanto dentro quanto fora da fronteira do Estado: o diferencial é que, enquanto no conflito interestatal a Anarquia é, por definição, o meio do sistema internacional, no conflito intraestatal, o conflito decorre de uma anomalia na condição de Estado, a hierarquia. Portanto, a expressão institucional e o *statehood* são elementos fundamentais para entender o uso político da violência em guerras civis, mas que essencialmente, a violência política é um fenômeno único, e que respeita a definição *clauswitziana* de guerra. Isto afeta não só o aparecimento do conflito, mas determina a maior parte dos acontecimentos durante o prolongamento do embate, e assim apresento brevemente os trabalhos de Kalyvas e Balcells (2010) e Lockyer (2008, 2011), referentes à

71 Especialmente Zartman (1985), Posen (1993), Fearon (1994, 2009) e van Evera (1999).

forma como as *Technologies of Rebellion* afetam e são diretamente afetadas pelas condições da Condição de Estado e da Anarquia dentro das fronteiras. Baseando-me nessas conclusões, procuro definir um modelo teórico baseado em testes, que pretendeu demonstrar uma medida de continuidade entre a Teoria de Relações Internacionais e a Literatura sobre Guerras Civis. São quatro testes, e procuram endereçar elementos como a (des)institucionalização, o comportamento dos Estados em conflito e o papel da distribuição de poder.

Passando, finalmente, ao estudo de caso, procedi à apreciação do caso da Guerra Civil de Angola, baseando me no modelo proposto, com o objetivo de realizar um *plausibility probe* e verificar a competência da elaboração teórica. A avaliação deste caso constituiu uma demonstração de que o modelo possui coerência interna e que sua análise tem mais-valia explicativa. Principalmente, o sucesso do teste de plausibilidade reforça a hipótese exploratória de que o contínuo entre Teoria de Relações Internacionais e a literatura sobre conflitos é um campo fértil para estudos.

Na conclusão, finalmente, reviso o conteúdo apresentado, sumário as conclusões e exploro as consequências e deficiências deste trabalho, *vis-à-vis* uma agenda de investigação futura.

Este trabalho, essencialmente exploratório, portanto, revisa a literatura de Teoria de Relações Internacionais realista e a corrente racionalista da literatura de Guerras Civis e de conflitos intraestatais e parte desta revisão para a enumeração de pontos de contato qualitativos entre as duas, argumentando a favor da relevância da exploração deste tema, evocando a necessidade de novos estudos sobre o mesmo.

Em investigações subsequentes, o modelo deverá ser refinado e ser testado de forma comparativa, frente a casos variados, escapando da deficiência do teste de plausibilidade. Estes casos deverão oferecer, nomeadamente, tipos diferenciados de falência do Estado. Outra pergunta interessante reporta-se a perceber se há (e havendo, qual é a causa) diferença ente dinâmicas e estratégias *offence-dominant* e *defence-dominant* nas relações conflituosas dentro das fronteiras do Estado. Mais do que

demonstrar que esta argumentação é viável e interessante, trabalhos futuros deverão debruçar-se sobre a complexidade dos casos variados existentes na história, com o objetivo de alargar o universo de variáveis que se provem abarcadas por esta Análise. Em última instância, o modelo será tão melhor quanto mais abrangente for, ou seja, com alguma elegância metodológica pretendida, o modelo não pretende dar explicações refinadas para detalhes específicos de cada caso, mas identificar linhas gerais essenciais ao conflito: inter e intraestatal.

Bibliografia

- Berdal, M., & Malone, D. M. (Eds.). (2000). *Greed and Grievance: Economic Agendas in Civil Wars* (1st ed.). Boulder: Lynne Rienner Pub.
- Booth, K., & Wheeler, N. J. (2007). *Security Dilemma: Fear, Cooperation, and Trust in World Politics* (1st ed.). New York: Palgrave Macmillan.
- Booth, K., & Wheeler, N. J. (2008). Uncertainty. In P. D. Williams (Ed.), *Security Studies: An Introduction* (pp. 133–150). Oxon: Routledge.
- Brodie, B., & Brodie, F. M. (1973). *From Crossbow to H-Bomb*. Indiana: Indiana University Press.
- Burton, J. W. (1987). *Resolving deep-rooted conflict: A handbook*. Lanham: University Press of America.
- Butterfield, H. (1951). *History and Human Relations*. London: Collins.
- Chenoweth, E., & Stephan, M. J. (2010). Mobilization and Resistance: a framework for analysis. In E. Chenoweth & A. Lawrence (Eds.), *Rethinking violence: states and non-state actors in conflict*. Cambridge: The MIT Press.
- Chojnacki, S. (2006). Anything new or more of the same? Wars and military interventions in the international system, 1946–2003. *Global Society*, 20(1), 25–46.
- Christensen, T. J., & Snyder, J. (1990). Chain Gangs and Passed Bucks: Predicting Alliance Patterns in Multipolarity. *International Organization*, 44(02), 137–168.
- Clausewitz, C. von. (1993). *On War*. New York: Everyman's Library.
- Conybeare, J. A. C. (1987). *Trade Wars: The Theory and Practice of International Commercial Rivalry*. New York: Columbia University Press.
- Derriennic, J.-P. (2001). *Les Guerres Civiles*. Paris: Presses de Sciences Po.
- Evans, G., & Sahnoun, M. (2002). The Responsibility to Protect. *Foreign Affairs*, 81(6), 99–110.
- Fearon, J. D. (1994). Ethnic war as a commitment problem. *Annual Meetings of the American Political Science*, 1–24.
- Fearon, J. D. (2009). Rationalist explanations for war. *International Organization*, 49(03), 379.

- Fearon, J. D., & Laitin, D. D. (2003). Ethnicity, Insurgency, and Civil War. *American Political Science Review*, 97(1), 75–90.
- George, E. (2005). *The Cuban Intervention In Angola, 1965-1991: From Che Guevara To Cuito Cuanavale*. Oxon: Routledge.
- Glaser, C. L. (2010). *Rational Theory of International Politics: The Logic of Competition and Cooperation*. Princeton: Princeton University Press.
- Gleijeses, P. (2002). *Conflicting Missions: Havana, Washington, and Africa, 1959-1976*. Envisioning Cuba. Chapel Hill: University of North Carolina Press.
- Guimarães, F. A. (1998). *The Origins of the Angolan Civil War: Foreign Intervention and Domestic Political Conflict*. New York: St. Martin's Press.
- Henk, D. (2005). Human Security: Relevance and Implications. *Parameters*, 35(2), 91–106.
- Herz, J. H. (1950). Idealist Internationalism and the Security Dilemma. *World Politics*, 2(2), 157–180.
- Herz, J. H. (1951). *Political Realism and Political Idealism: A Study in Theories and Realities*. Chicago: University of Chicago Press.
- Herz, J. H. (1962). *International Politics in the Atomic Age* (1st ed.). Columbia University Press: Columbia University Press
- Herz, J. H. (2003). The Security Dilemma in International Relations: Background and Present Problems. *International Relations*, 17(4), 411–416.
- Hobbes, T. (1976). *Leviathan*. Forgotten Books.
- Holsti, K. J. (1996). *The State, War, and the State of War (Cambridge Studies in International Relations)*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Horowitz, D. L. (1985). *Ethnic Groups in Conflict*. Berkeley: University of California Press.
- International Commission on Intervention and State Sovereignty (ICISS). (2001). *The Responsibility to Protect: Research, Bibliography, Background : Supplemental Volume to the Report of the International Commission on Intervention and State Sovereignty*. Ottawa: IDRC.
- Jervis, R. (1976). *Perception and Misperception in International Politics (Center for International Affairs, Harvard University)*. Princeton: Princeton University Press.
- Jervis, R. (1978). Cooperation Under the Security Dilemma. *World Politics*, 30(2), 167–214.
- Jett, D. C. (2000). *Why Peacekeeping Fails* (1st ed.). New York: St. Martin's Press.
- Kahn, H. (2007). *On Thermonuclear War*. New Brunswick: Transaction Publishers.

- Kaldor, M. (2007). *New and Old Wars: Organized Violence in a Global Era* (2nd ed.). Stanford: Stanford University Press.
- Kalyvas, S. N. (2001). "New" and "Old" Civil Wars: A Valid Distinction? *World Politics*, 54(1), 99–118.
- Kalyvas, S. N. (2006). *The Logic of Violence in Civil War*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Kalyvas, S. N. (2009). Civil Wars. *The Oxford Handbook of Comparative Politics* (1st ed., Vol. 1, pp. 416–435). Oxford: Oxford University Press.
- Kalyvas, S. N., & Balcells, L. (2010). International System and Technologies of Rebellion: How the End of the Cold War Shaped Internal Conflict. *American Political Science Review*, 104(03), 415–429.
- Kier, E. (1999). *Imagining War: French and British Military Doctrine Between the Wars*. Princeton: Princeton University Press.
- King, G., & Murray, C. J. L. (2001). Rethinking Human Security. *Political Science Quarterly*, 116(4), 585–610.
- Kornprobst, M. (2002). Explaining success and failure of war to peace transitions: Revisiting the Angolan and Mozambican experience. *Journal of Conflict Studies*, 22(2).
- Kydd, A. H. (2010). Rationalist Approaches to Conflict Prevention and Resolution. *Annual Review of Political Science*, 13(1), 101–121.
- Lake, D. A. (2003). International Relations Theory and Internal Conflict: Insights from the Interstices. *International Studies Review*, 5(4), 81–90.
- Lockyer, A. (2008). *Foreign Intervention and Warfare in Civil Wars : The effect of exogenous resources on the course and nature of the Angolan and Afghan conflicts*. University of Sydney.
- Lockyer, A. (2011). Foreign Intervention and Warfare in Civil Wars. *Review of International Studies*, 37(05), 2337–2364.
- Luttwak, E. N. (1979). *Coup D'État: A Practical Handbook*. Harvard University Press.
- Luttwak, E. N. (1999). Give war a chance. *Foreign Affairs*, 36–44.
- Luttwak, E. N. (2001). *Strategy: The Logic of War and Peace*. Cambridge: Harvard University Press.

- MacFarlane, S. N., Thielking, C. J., & Weiss, T. G. (2004). The responsibility to protect: is anyone interested in humanitarian intervention? *Third World Quarterly*, 25(5), 977–992.
- Marcum, J. A. (1978). *The Angolan Revolution*. Studies in communism, revisionism, and revolution, 15-22. Cambridge: M.I.T. Press.
- Marquez, J. A. (2008). *Reforming Army Culture for 21st Century Wars*.
- Martin, J. W. (2011). *A Political History of the Civil War in Angola, 1974-1990* (Pbk. ed.). New Brunswick, [N.J.], U.S.A: Transaction Publishers.
- Mearsheimer, J. J. (1994). The False Promise of International Institutions. *International Security*, 19(3), 5–49.
- Mearsheimer, J. J. (2001). *The Tragedy of Great Power Politics*. New York: W. W. Norton & Company.
- Mearsheimer, J. J. (2007). Structural Realism. In T. Dunne, M. Kurki, & S. Smith (Eds.), *International Relations Theories: Discipline and Diversity* (pp. 71–88). Oxford: Oxford University Press.
- Morgenthau, H. J. (2005). *Politics Among Nations: the Struggle for Power and Peace* (7th ed.). Boston: McGraw-Hill.
- Newman, E. (2004a). The “New Wars” Debate: A Historical Perspective is Needed. *Security Dialogue*, 35(2), 173–189.
- Newman, E. (2004b). A Normatively Attractive but Analytically Weak Concept. *Security Dialogue*, 35(3), 358–359.
- Newman, E. (2009). Failed States and International Order: Constructing a Post-Westphalian World. *Contemporary Security Policy*, 30(3), 421–443.
- Paris, R. (2001). Human Security: Paradigm Shift or Hot Air? *International Security*, 26(2), 87–102.
- Pollack, B., & Taylor, J. (1983). The Transition to Democracy in Portugal and Spain. *British Journal of Political Science*, 13(2), 209–242.
- Porch, D. (1977). *The Portuguese Armed Forces and the Revolution*. London: Taylor & Francis.
- Posen, B. R. (1993). The security dilemma and ethnic conflict. *Survival*, 35(1), 27–47.
- Rice, E. E. (1988). *Wars of the Third Kind: Conflict in Underdeveloped Countries*. Berkeley: University of California Press.

- Robinson, R. R. A. H. (2003). The influence of overseas issues in Portugal's transition to democracy. *The Last Empire: Thirty Years of Portuguese Decolonization*. Bristol: Intellect Books.
- Schweller, R. L. (1998). *Deadly Imbalances: Tripolarity and Hitler's Strategy of World Conquest*. New York: Columbia University Press.
- Thomas, N., & Tow, W. T. (2002). The Utility of Human Security: Sovereignty and Humanitarian Intervention. *Security Dialogue*, 33(2), 177–192.
- Toft, M. D. (2009). *Securing the Peace: The Durable Settlement of Civil Wars*. Princeton: Princeton University Press.
- Toft, M. D. (2010). Ending Civil Wars: A Case for Rebel Victory? *International Security*, 34(4), 7–36.
- Townshend, C. (Ed.). (2005). *The Oxford History of Modern War* (New Updated Ed.). Oxford: Oxford University Press.
- van Creveld, M. (2008). *The Changing Face of War: Combat from the Marne to Iraq*. New York: Presidio Press.
- van Evera, S. (1994). Hypotheses on Nationalism and War. *International Security*, 18(4), 5–39.
- van Evera, S. (1998). Offense, Defense, and the Causes of War. *International Security*, 22(4), 5–43.
- van Evera, S. (1999). *Causes of War: Power and the Roots of Conflict*. Ithaca: Cornell University Press.
- Vreeland, J. R. (2008). The Effect of Political Regime on Civil War Unpacking Anocracy. *Journal of Conflict Resolution*, 52(3), 401–425.
- Walt, S. M. (1987). *The Origins of Alliances*. New York: Cornell University Press.
- Walt, S. M. (1991). The Renaissance of Security Studies. *International Studies Quarterly*, 35(2), 211–239.
- Walt, S. M. (1997). The Progressive Power of Realism. *American Political Science Review*, 91(4), 931–935.
- Walter, B. F. (1997). The Critical Barrier to Civil War Settlement. *International Organization*, 51(03), 335–364.
- Walter, B. F. (2002). *Committing to Peace: The Successful Settlement of Civil Wars*. Princeton: Princeton University Press.

- Walter, B. F. (2003). Explaining the Intractability of Territorial Conflict. *International Studies Review*, 5(4), 137–153.
- Walter, B. F. (2009). Bargaining Failures and Civil War. *Annual Review of Political Science*, 12(1), 243–261.
- Waltz, K. N. (1959). *Man, the State and War: a theoretical analysis* (Vol. 13). New York: Columbia University Press.
- Waltz, K. N. (1979). *Theory of International Politics*. (Addison-Wesley, Ed.) (Vol. 35). Reading.
- Waltz, K. N. (2000). Structural Realism after the Cold War. *International Security*, 25(1), 5–41.
- Welsh, J., Thielking, C., & MacFarlane, S. N. (2001). Responsibility to Protect - Assessing the Report of the International Commission on Intervention and State Sovereignty. *International Journal*, 57, 489.
- Wright, Q. (1967). *A Study of War* (2nd ed.). Chicago: University of Chicago Press.
- Zartman, I. W. (1985). *Ripe for Resolution: Conflict and Intervention in Africa*. New York: Oxford University Press.